



irbre.com

# Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à vossa apreciação o Relatório da Administração do IRB(Re) e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2023.  
As análises constantes deste Relatório da Administração, exceto quando indicado ao contrário, são realizadas conforme o padrão Visão Negócio, baseado no pronunciamento técnico CPC 11 (IFRS 4), onde algumas contas contábeis das demonstrações de resultados são aglutinadas de forma diferente do que inicialmente prevista nas práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras.  
A Resolução CVM 42/2021 tornou obrigatório para as companhias abertas brasileiras, a partir de 1º de janeiro de 2023, o pronunciamento técnico CPC 50, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de resseguros, em linha com o IFRS 17 emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, que substituiu o IFRS 4.  
As informações financeiras nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), divulgadas na CVM/B3 na presente data, levam em consideração a aplicação inicial do CPC 50 (IFRS 17) e do CPC 48 (IFRS 9).  
O IRB(Re), como entidade também regulada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, adicionalmente deve apresentar demonstrações contábeis em conformidade com as exigências desta Autarquia, e por esta razão, divulgou suas demonstrações contábeis individuais elaboradas em conformidade com o CPC 11 (IFRS 4) em 28 de fevereiro de 2024.  
As análises presentes neste Relatório da Administração são fundamentadas em informações gerenciais, em conformidade com as normas contábeis do CPC 11 (IFRS 4), e foram ajustadas para refletir a perspectiva da Visão Negócio. A reconciliação para o modelo Visão Negócio, demonstrada abaixo, encontra-se na Nota Explicativa 3 - Informações de operações por segmento - destas Demonstrações Financeiras.

	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Com adoção do CPC 50	Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Com adoção do CPC 50
Prêmios de resseguros	6.521.088	(6.521.088)	-	7.892.009
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.583.060)	2.583.060	(2.923.901)	2.923.901
Prêmios retidos	3.938.028	(3.938.028)	4.968.108	(4.968.108)
Variações das provisões técnicas	213.196	(213.196)	129.536	(129.536)
Prêmios ganhos	4.151.224	(4.151.224)	5.097.644	(5.097.644)
Sinistros retidos	(2.906.825)	2.906.825	(5.314.892)	5.314.892
Custo de aquisição	(1.047.206)	1.047.206	(1.102.800)	1.102.800
Outras despesas operacionais	(42.145)	42.145	(129.375)	129.375
Receitas com resseguros	-	5.794.710	5.794.710	5.794.710
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(4.371.421)	(4.371.421)	(4.371.421)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(1.748.977)	(1.748.977)	(1.291.001)
Resultado da prestação de serviços de resseguro	<b>155.048</b>	<b>(480.736)</b>	<b>(325.688)</b>	<b>(95.833)</b>
Resultado financeiro líquido das operações com resseguro	-	(285.463)	(285.463)	-
Resultado financeiro líquido das operações com retrocessão	-	50.286	50.286	(194.227)
Resultado financeiro líquido das operações	-	<b>(235.177)</b>	<b>(235.177)</b>	<b>191.183</b>
Despesas administrativas	(353.990)	322.625	(31.365)	(329.655)
Despesas com tributos	(155.994)	133.616	(22.378)	(87.907)
Resultado financeiro	507.781	(151.465)	356.316	624.948
Resultado patrimonial	40.892	(40.278)	614	65.169
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>193.377</b>	<b>(451.415)</b>	<b>(257.678)</b>	<b>345.443</b>
Impostos, contribuições e participações nos lucros	(79.508)	213.333	133.825	546.527
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>114.229</b>	<b>(238.082)</b>	<b>(123.853)</b>	<b>(630.341)</b>

Aplicando os princípios do CPC 50 (IFRS 17), observamos que a receita proveniente do resseguro totalizou R\$ 5,8 bilhões (em comparação com R\$ 7,0 bilhões em 2022), enquanto as despesas associadas ao resseguro foram de R\$ 4,4 bilhões (em comparação com R\$ 7,1 bilhões em 2022). O resultado com retrocesso foi de R\$ 1,8 bilhão (em comparação com R\$ 1,3 bilhão em 2022), resultando em um prejuízo operacional de R\$ 325,7 milhões (em comparação com R\$ 1,4 bilhão em 2022).

A introdução do efeito financeiro na mensuração dos contratos de resseguro e retrocessão em 2023 resultou em uma despesa financeira de R\$ 235,2 milhões, em contraste com uma receita de R\$ 191,2 milhões em 2022, influenciada pelo fechamento das curvas de juros futuros em 2023. Esses efeitos refletem o impacto do valor do dinheiro no tempo nos fluxos de caixa operacionais de ativos de retrocessão e passivos de resseguro, uma das principais características da nova norma, não estando diretamente relacionados com as receitas ou despesas decorrentes das aplicações financeiras.

O prejuízo líquido do exercício em 2023, considerando o CPC 50, totalizou R\$ 123,9 milhões (em comparação com R\$ 420,8 milhões em 2022).

### Mensagem da Administração

Como o propósito de ser protagonista na proteção do futuro da sociedade, o IRB(Re) acelerou seu processo de mudanças em 2023, buscando eficiências e estreitamento, de forma efetiva, o seu relacionamento com os clientes.

Os números da Companhia mostram forte evolução em relação a 2022. É o que vamos apresentar, a seguir, com base na Visão Negócio.

A Companhia registra lucro líquido de R\$ 114,2 milhões em 2023, frente a prejuízo de R\$ 630,3 milhões no exercício anterior. Em linha com a estratégia de revisão da carteira, pulverização de riscos e concentração de negócios no Brasil e na América Latina, o resultado de subscrição foi positivo em R\$ 155,0 milhões, ante resultado negativo de R\$ 1,4 bilhão em 2022, evidenciando uma carteira mais qualificada e rentável.

Concluído o processo de ajuste, que trouxe equilíbrio a nossa carteira, estamos preparados para competir e retomar o crescimento. Nossa gestão é baseada na disciplina financeira, excelência na subscrição e agilidade na execução, com metas simples e claras. Em 2024, completamos 85 anos. Uma empresa com experiência e espírito inovador.

Cientes de que existe um gap de proteção importante no mundo e, em especial, no Brasil, assumimos o papel de fomentar o desenvolvimento do mercado de proteção, buscando soluções e novos produtos.

### Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2023, o volume de prêmios emitidos decresceu 17% em relação a 2022, totalizando R\$6,5 bilhões, em linha com a estratégia de limpeza da carteira e seleção rigorosa de riscos.

No ano de 2023, o sinistro retido apresentou uma redução importante de 45%, resultante do melhor resultado da carteira de Seguro Rural e do aperfeiçoamento dos processos de avaliação do risco, assim como a sua adequada precificação.

O resultado de subscrição positivo de R\$155,0 milhões, comparado a um prejuízo de R\$1,4 bilhão em 2022, já demonstra os esforços de rentabilização do negócio.

As aplicações financeiras totalizaram R\$8,3 bilhões, gerando resultado financeiro de R\$548,6 milhões em 2023, favorecido pelas taxas de juros locais.

Em 2023, as despesas administrativas totalizaram R\$354,0 milhões. Em abril de 2023 houve um acordo celebrado com o *US Department of Justice* americano (DOJ), no valor de US\$ 5 milhões, que impactou esta linha em R\$ 25,4 milhões. Também durante o ano de 2023, dois programas de demissão voluntária foram realizados, onerando a linha de pessoal próprio.

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 114,2 milhões em 2023, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 630,3 milhões em 2022. Para melhor entendimento da Visão Negócio, os principais destaques financeiros são demonstrados na tabela abaixo:

(R\$ milhões)	2022	2023
<b>Prêmio Emitido no Brasil</b>	<b>7.892,0</b>	<b>6.521,1</b>
no Exterior	5.377,5	4.980,3
<b>Prêmio Retido</b>	<b>4.968,1</b>	<b>3.938,0</b>
<b>Prêmio Ganho</b>	<b>5.097,6</b>	<b>4.151,2</b>
<b>Sinistro Retido</b>	<b>(5.314,9)</b>	<b>(2.906,8)</b>
PSL	(5.077,1)	(3.011,8)
IBNR	(237,8)	105,0
<b>Resultado de Underwriting</b>	<b>(1.449,4)</b>	<b>155,0</b>
<b>Despesa Administrativa</b>	<b>(329,7)</b>	<b>(354,0)</b>
<b>Resultado Financeiro e Patrimonial</b>	<b>690,1</b>	<b>548,7</b>
Resultado Financeiro	608,9	507,8
Resultado Patrimonial	81,2	40,9
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(630,3)</b>	<b>114,2</b>

### Dividendos

Conforme o Estatuto Social do IRB(Re), o cálculo da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é realizado sobre o resultado do exercício após a dedução para atender aos prejuízos acumulados, a provisão para imposto de renda e a reserva legal. Tal montante é registrado como passivo na rubrica obrigações a pagar, visto que representa uma obrigação legal estipulada no Estatuto Social da Companhia.

### Mudanças Corporativas

Em 1º de setembro de 2011, o IRB(Re) deu início às suas operações na sucursal Argentina como parte de sua estratégia de expansão na América Latina. A Administração implementou um plano para otimizar o capital alocado na referida sucursal, onde os novos negócios passaram a ser realizados através da Resseguradora Admitida, com a gestão realizada diretamente pela sede do IRB(Re) no Brasil. A Resseguradora Local está em processo de *run-off*, atualmente administrado por profissionais remanescentes da sucursal. Em linha com a estratégia da Companhia, as operações originadas na América Latina se mantêm como fundamentais ao desenvolvimento e diversificação dos negócios do IRB(Re).

Ainda como parte da estratégia da Companhia em otimizar o capital, a Administração iniciou o processo de venda da sucursal de Londres. Como parte dessa negociação, em dezembro de 2023, foi assinado um contrato de *Loss Portfolio Transfer* (LPT) para antecipar a transferência da carteira de resseguro até que todos os procedimentos legais da operação estejam devidamente concluídos e aprovados pelas Autoridades Reguladoras do Reino Unido. Após a conclusão integral da operação, todos os saldos de ativos e passivos relacionados a esta sucursal serão devidamente desreconhecidos das demonstrações contábeis da Companhia.

### Governança Corporativa

A estrutura de governança da Companhia é formada por Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária e Comitês Estratégicos que assessoram o Conselho de Administração. Esses órgãos de governança desempenham funções específicas, com o objetivo de garantir transparência e a adoção das melhores práticas de gestão. Conta ainda com uma Gerência, que atua como secretaria de governança, responsável pelo apoio direto a todas as atividades do Conselho de Administração e demais colegiados, assegurando que o fluxo de informações seja direcionado tempestivamente e de forma segura a todas as instâncias de governança.

O Conselho de Administração é composto por até 9 membros titulares e um suplente, sendo um deles o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para mandato de dois anos, permitida a recondução. Em 31 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração possuía em sua composição 9 membros titulares, sendo a maioria deles considerado independente, na forma da regulamentação aplicável.

O Conselho de Administração é responsável por estabelecer as diretrizes e estratégias do negócio, avaliar a exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e integridade/conformidade, entre outras atribuições legais e estatutárias.

Seis comitês apoiam o Conselho de Administração (Ética, Sustentabilidade e Governança; Investimentos; Estrutura de Capital e Dividendos; Auditoria Estatutária; Pesssoal; Nomeação e Remuneração; Riscos e Solvência e Política de Subscrição e Acompanhamento de Sinistros Vultosos), mantendo uma agenda regular de trabalho para acompanhamento, monitoramento e suporte ao Conselho.

O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão fiscalizador dos atos da Administração, em defesa da Companhia e dos seus acionistas. O Colegiado atualmente possui caráter permanente e atualmente é integrado por três membros eleitos em Assembleia Geral de Acionistas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Diretoria Estatutária era integrada por 7 membros estatutários, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores; Vice-Presidente de Resseguro; Vice-Presidente Financeiro, Atuarial e Tecnologia da Informação; Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade; Diretor Jurídico e Governança; Diretor Técnico Atuarial; e Diretor Técnico de Subscrição; que atuam com o apoio de 11 diretores não estatutários.

Durante o ano de 2023, foram realizadas 36 reuniões do Conselho de Administração, 23 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutária, 55 reuniões da Diretoria Estatutária e 20 reuniões do Conselho Fiscal, além de 66 outras reuniões dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

### Estrutura Acionária

Desde 2019, a Companhia tem seu capital pulverizado, sem controlador definido, com 82.263.011 ações ordinárias, sendo 99,5% das ações em circulação negociadas em Bolsa e 0,5% em tesouraria.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota explicativa	31 de dezembro		Controladora		31 de dezembro		Consolidado	
		de 2023	de 2022	de 2023	de 2022	de 2023	de 2022	de 2023	de 2022
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>		<b>3.317.870</b>	<b>4.746.123</b>	<b>5.305.163</b>	<b>3.300.842</b>	<b>4.621.770</b>	<b>5.293.637</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.406	6.119	8.231	20.335	17.793	38.774		
Ativos financeiros	6.1	2.598.633	4.280.282	4.014.753	2.547.891	4.136.600	3.966.341		
Títulos e créditos a receber	7	3.257	2.768	42.790	8.707	9.916	48.296		
Créditos tributários e previdenciários	8	36.518	55.484	127.591	36.841	55.982	128.425		
Despesas antecipadas	9	5.673	6.251	10.623	5.682	6.260	10.626		
Ativos de contratos de retrocessão	16.2	666.383	395.219	1.101.175	666.383	395.219	1.101.175		
Outros valores e bens		-	-	-	15.003	-	-		
<b>Não circulante</b>		<b>12.159.170</b>	<b>11.680.480</b>	<b>11.335.375</b>	<b>12.185.590</b>	<b>11.814.427</b>	<b>11.455.294</b>		
Ativos financeiros	6.1	5.744.511	4.741.843	4.976.260	5.745.021	4.828.782	4.976.260		
Ativos de contratos de retrocessão	16.2	2.317.811	2.950.094	2.999.375	2.317.811	2.950.094	2.999.375		
Títulos e créditos a receber	7	958.366	895.421	505.586	958.366	895.024	503.586		
Créditos tributários e previdenciários	8	2.739.114	2.662.984	2.438.950	2.739.114	2.662.984	2.482.026		
Depósitos judiciais e fiscais	20	184.197	255.181	233.895	184.997	255.181	233.895		
Participações societárias	4.1	43.248	39.387	28.876	-	-	22.124		
Imóveis destinados à renda	9	-	-	4.570	69.158	86.587	88.034		
Outros Investimentos		335	311	371	335	311	371		
Imobilizado	10	51.823	29.456	64.503	51.823	29.456	64.503		
Intangível	11	118.965	105.803	84.989	118.965	105.828	85.120		
<b>Total do ativo</b>		<b>15.477.040</b>	<b>16.426.603</b>	<b>16.640.538</b>	<b>15.486.432</b>	<b>16.436.197</b>	<b>16.748.931</b>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota explicativa	31 de dezembro		Controladora		31 de dezembro		Consolidado	
		de 2023	de 2022	de 2023	de 2022	de 2023	de 2022	de 2023	de 2022
Receitas com resseguros	22.1	5.794.710	7.039.822	5.794.710	7.039.822	5.794.710	7.039.822		
Despesas com prestação de serviços de resseguro	22.1	(4.371.421)	(7.102.411)	(4.371.421)	(7.102.411)	(4.371.421)	(7.102.411)		
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	22.1	(1.748.977)	(1.291.001)	(1.748.977)	(1.291.001)	(1.748.977)	(1.291.001)		
Resultado da prestação de serviços de resseguro	22.1	<b>(325.688)</b>	<b>(1.353.590)</b>	<b>(325.688)</b>	<b>(1.353.590)</b>	<b>(325.688)</b>	<b>(1.353.590)</b>		
Resultado financeiro líquido das operações com retrocessão	22.3	50.286	(194.227)	50.286	(194.227)	50.286	(194.227)		
Resultado financeiro líquido das operações	22.3	<b>(235.177)</b>	<b>(191.183)</b>	<b>(235.177)</b>	<b>(191.183)</b>	<b>(235.177)</b>	<b>(191.183)</b>		
Resultado de investimentos	22.2	301.740	284.530	362.611	340.818	362.611	340.818		
Outros resultados financeiros	22.2	(9.123)	(55.746)	(6.295)	(54.648)	(6.295)	(54.648)		
Resultado financeiro líquido		<b>57.440</b>	<b>419.967</b>	<b>121.139</b>	<b>477.353</b>	<b>121.139</b>	<b>477.353</b>		
Despesas administrativas		(20.039)	(6.727)	(31.365)	(11.014)	(31.365)	(11.014)		
Despesas com tributos		(18.268)	(15.177)	(22.378)	(9.343)	(22.378)	(9.343)		
Resultado antes dos impostos	22.4	41.826	107.360	614	519	614	519		
IRPJ e CSLL	22.5	140.876	417.428	133.825	410.686	133.825	410.686		
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(123.853)</b>	<b>(420.739)</b>	<b>(123.853)</b>	<b>(420.739)</b>	<b>(123.853)</b>	<b>(420.739)</b>		
<b>Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)</b>		<b>(1,51)</b>	<b>(10,06)</b>	<b>(1,51)</b>	<b>(10,06)</b>	<b>(1,51)</b>	<b>(10,06)</b>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Gestão de Riscos

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades para o processo de gestão de seus riscos, com ênfase nas categorias: subscrição, mercado, crédito, liquidez, operacional e estratégico. Sua aprovação se dá pelo Conselho de Administração e sua aplicação monitorada regularmente por colegiados, entre os quais o Comitê de Gestão de Riscos e Solvência, Comitê de Auditoria Estatutária, Diretoria Estatutária e o próprio Conselho de Administração.

A Administração considera que os instrumentos de gestão implantados, desenvolvendo a integração entre a Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e o Sistema de Controles Internos (SCI), incluindo o apetite por riscos, o inventário de riscos, as avaliações de efetividade e as análises prévias, estão em sintonia com as melhores práticas internacionais, sendo continuamente promovido o aprimoramento das funções de controle e da governança em gestão de riscos.

A gestão de riscos e responsabilidade de toda a organização - Conselho de Administração, Diretoria e colaboradores - e a Companhia segue o modelo de três linhas, em linha com os preceitos determinados pela Resolução CNSP nº 416/2021, estabelecendo em políticas e normativos internos as atribuições de cada uma delas. A primeira linha é composta pelas vice-presidências e diretorias executivas, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia e Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade atuando em segunda linha, enquanto a terceira é representada pela Auditoria Interna. Os órgãos colegiados com função de fiscalização e controle desempenham suas atribuições estatutárias, verificando o cumprimento dos princípios estabelecidos, com vistas a colaborar para o aperfeiçoamento da operação em seus aspectos mais relevantes.

A Companhia mantém atualizada, no mínimo anualmente, a Declaração de Apetite por Riscos (DAR), que estabelece os riscos do qual pretende assumir (e em que medidas, qualitativas e quantitativas), ou evitar, em linha com seus objetivos estratégicos determinados no plano de negócios, sendo o documento atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é realizada a revisão do inventário de riscos, considerando a identificação dos riscos mais relevantes, incluindo suas principais causas, seus efeitos potenciais e as atividades de controles realizadas, capazes de afetar o atingimento dos objetivos estratégicos. A Companhia avalia o nível dos seus riscos, de forma a priorizar a adoção de tratamento e resposta a riscos.</

continuação

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	Capital Social				Reservas de lucros		Resultado acumulado	Patrimônio líquido
	Capital social	Aumento de Capital em aprovação	Gasto com emissão de ações	Reservas de Capital	Reserva de lucros estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial		
<b>Saldo em 1º de Janeiro de 2022, como previamente divulgado</b>	<b>4.253.080</b>	-	(33.556)	1.006	(283.760)	148.666	(451.076)	3.634.360
Ajuste na aplicação inicial do CPC 50/IFRS 17, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	52.797
<b>Saldo representado em 1º de Janeiro de 2022</b>	<b>4.253.080</b>	-	(33.556)	1.006	(283.760)	148.666	(451.076)	3.687.157
<b>Resultado abrangente</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(81.665)	(81.665)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	(6.708)	(6.708)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	1.186	1.186
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(420.739)
<b>Total do resultado abrangente (reapresentado)</b>	-	-	-	-	-	-	<b>(87.187)</b>	<b>(420.739)</b>
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(1.006)	(148.666)	(2.569)	-	152.241
Aumento de capital	-	1.200.000	(40.335)	-	-	-	-	1.159.665
Reversão de JCP e dividendos não reclamados	-	-	-	-	-	-	2.569	2.569
<b>Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>	-	<b>1.200.000</b>	<b>(40.335)</b>	<b>(1.006)</b>	<b>(148.666)</b>	-	-	<b>152.241</b>
<b>Saldo representado em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.253.080</b>	<b>1.200.000</b>	<b>(73.891)</b>	-	<b>(283.760)</b>	-	<b>(538.263)</b>	<b>4.341.465</b>
<b>Saldo reapresentado em 1º de Janeiro de 2023</b>	<b>4.253.080</b>	<b>1.200.000</b>	<b>(73.891)</b>	-	<b>(283.760)</b>	-	<b>(538.263)</b>	<b>4.341.465</b>
Ajuste na aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	718
<b>Saldo representado em 1º de Janeiro de 2023</b>	<b>4.253.080</b>	<b>1.200.000</b>	<b>(73.891)</b>	-	<b>(283.760)</b>	-	<b>(518.072)</b>	<b>4.342.183</b>
<b>Resultado abrangente</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	90.758	90.758
Redução a valor de mercado de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.982)	(1.982)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	(60.868)	(60.868)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	11.157	11.157
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(123.853)
<b>Total do resultado abrangente</b>	-	-	-	-	-	-	<b>39.065</b>	<b>(123.853)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.253.080</b>	<b>1.200.000</b>	<b>(73.891)</b>	-	<b>(283.760)</b>	-	<b>(479.007)</b>	<b>4.257.395</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
<b>Receitas líquidas</b>	-	-	-	-
Receita com operação de seguros	5.794.710	7.039.822	5.794.710	7.039.822
<b>Recetta líquida operacional</b>	<b>5.794.710</b>	<b>7.039.822</b>	<b>5.794.710</b>	<b>7.039.822</b>
<b>Despesas</b>	-	-	-	-
Despesas com prestação de serviços de resseguro	(4.006.687)	(6.783.027)	(4.006.687)	(6.783.027)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	(1.748.977)	(1.291.001)	(1.748.977)	(1.291.001)
<b>(5.755.664)</b>	<b>(8.074.028)</b>	<b>(5.755.664)</b>	<b>(8.074.028)</b>	
<b>Insunhos adquiridos de terceiros</b>	-	-	-	-
Materias, energia e outros	(46.911)	(33.925)	(47.460)	(34.150)
Serviços de terceiros	(70.816)	(82.351)	(71.682)	(83.307)
<b>(117.727)</b>	<b>(116.276)</b>	<b>(119.142)</b>	<b>(117.457)</b>	
<b>Valor consumido em outros</b>	<b>(116.681)</b>	<b>(115.982)</b>	<b>(119.096)</b>	<b>(115.608)</b>
Depreciação e amortização	(57.779)	(49.481)	(57.804)	(49.524)
<b>Valor consumido líquido produzido pela entidade</b>	<b>(136.460)</b>	<b>(1.199.963)</b>	<b>(137.900)</b>	<b>(1.201.187)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	-	-	-	-
Resultado financeiro	57.440	419.967	121.139	477.353
Resultado com equivalência patrimonial	41.855	45.308	-	-
Outras transferências recebidas - receitas com imóveis de renda e venda de imobilizado	(29)	-	614	65.169
Outros	-	-	(4.176)	(856)
<b>99.266</b>	<b>527.327</b>	<b>117.577</b>	<b>541.666</b>	
<b>(37.194)</b>	<b>(672.636)</b>	<b>(20.323)</b>	<b>(659.521)</b>	
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	-	-	-	-
Pessoal	209.267	160.354	214.977	162.561
Impostos, taxas e contribuições	(122.608)	(412.251)	(111.447)	(401.343)
Resultados absorvidos do exercício	(123.853)	(420.739)	(123.853)	(420.739)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>(37.194)</b>	<b>(672.636)</b>	<b>(20.323)</b>	<b>(659.521)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Seção A – Informações gerais

#### 1.1 Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A., "IRB Re" ou "Companhia", é uma sociedade anônima de capital aberto brasileira, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida República do Chile, número 330, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Brasília e Londres. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Em 1º de setembro de 2011, o IRB Re deu início às suas operações na sucursal Argentina como parte de sua estratégia de expansão na América Latina. Em 2022 a Administração implementou um plano para otimizar o capital alocado na referida sucursal. Os novos negócios são realizados através da Resseguradora Admitida, com a gestão realizada diretamente da sede do IRB Re no Brasil. A Resseguradora Local está em processo de run-off, atualmente administrado por profissionais remanescentes da sucursal. Em linha com a estratégia da Companhia, as operações originadas na América Latina se mantêm como fundamentais ao desenvolvimento e diversificação dos negócios do IRB Re.

Ainda como parte da estratégia da Companhia em relação a capital, a Administração iniciou o processo de venda da sucursal de Londres. Como parte dessa negociação, em dezembro de 2023, foi assinado um contrato de Loss Portfolio Transfer (LPT) para antecipar a transferência da carteira de resseguro até que todos os procedimentos legais da operação estejam devidamente concluídos e aprovados pelas Autoridades Reguladoras do Reino Unido. Após a conclusão integral da operação, todos os saldos de ativos e passivos relacionados a esta sucursal serão devidamente desreconhecidos das demonstrações contábeis da Companhia.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2024.

#### 1.1.1 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta suficiência nos indicadores regulatórios, e conforme exposto na nota explicativa 24, as ações estruturantes vinculadas aos negócios estão conduzindo a Companhia à obtenção de resultados sustentáveis, portanto, a Administração não tem o conhecimento e não considera nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade dos negócios.

Desta forma, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio de continuidade.

#### 1.2 Informações complementares

##### 1.2.1 Impactos causados pelo novo coronavírus ("COVID-19")

Ainda em decorrência da pandemia global de COVID-19, de acordo com as informações dos avisos de sinistros recebidas das cedentes ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o IRB Re registrou perdas de R\$ 51.562 de sinistros relacionados ao novo coronavírus (R\$ 228.164 no exercício de 2022), conforme quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Pessoas	33.541	202.645
Patrimonial e Responsabilidades	18.023	18.378
Demais	(2)	7.141
	<b>51.562</b>	<b>228.164</b>

Desde o início da pandemia no Brasil, de fevereiro de 2020 até dezembro de 2023, a Companhia contabilizou R\$ 688.506 de sinistros retidos relacionados à COVID-19. Esses sinistros são representados substancialmente pelo ramo de Pessoas, nos quais as causas da morte são relacionadas ao vírus da COVID-19 por meio da inspeção dos óbitos ou de morte dos segurados ou de outros documentos que são revisados no processo de regulação dos sinistros.

No grupo de ramos de Pessoas (seguro de vida), a cobertura ao risco de pandemia era excluída na maioria dos contratos firmados com as cedentes no Brasil. Não obstante, considerando a demanda pelo produto de seguro de vida individual com a cobertura ao risco de pandemia desde março de 2020, notadamente pelas Seguradoras nacionais, a Companhia passou a precificar e ofertar esta cobertura a partir das renovações dos contratos. Em alguns negócios internacionais, a cobertura do risco de pandemia estava prevista. As despesas com sinistros avisados retidos por mortes decorrentes de COVID-19 em 2023, em todas as geografias que a Companhia atua representaram R\$ 33.541 (R\$ 202.645 em 2022).

##### 1.2.2 Desdobramentos da investigação sobre a base acionária

Em 4 de março de 2020, o Conselho de Administração do IRB Re determinou a instalação de procedimento de investigação de forma a identificar as circunstâncias exatas da divulgação de informações, pela Companhia, relativas à sua base acionária. Em 26 de junho de 2020, foi concluída a investigação independente, com o suporte de consultores especializados em atividade forense, sobre a divulgação das informações acerca da base acionária da Companhia. A referida investigação identificou os responsáveis pela disseminação da informação inverídica acerca da base acionária da Companhia, os quais praticaram os referidos atos irregulares, em caráter individual, em absoluto descumprimento aos seus poderes regulares de gestão, na qualidade de Diretores Estatutários da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia detectou a existência de irregularidades no pagamento de supostos bônus a ex-Diretores e outros colaboradores do IRB Re por meio de sua subsidiária integral de natureza imobiliária (IBI).

A Companhia também verificou que, em fevereiro e março de 2020, foram realizadas operações de recompra de ações da Companhia que ultrapassaram, em 2.850.000 ações, as quantidades autorizadas pelo Conselho de Administração.

Todas as referidas operações foram realizadas à revelia do Conselho de Administração do IRB Re e os responsáveis primários, já identificados por todas as irregularidades apuradas, não integram mais os quadros da Companhia.

A Administração do IRB Re apresentou as conclusões de todas as investigações acima indicadas ao Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro/RJ, Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Companhia vem contribuindo com as investigações que estão sendo conduzidas pelas autoridades competentes, fornecendo os devidos esclarecimentos, bem como todas as informações e documentos requisitados.

Do mesmo modo, adotou as devidas providências legais a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhe foram causados pelas condutas irregulares identificadas e praticadas pelos indivíduos envolvidos, em especial por meio da instauração de procedimento arbitral em face de Ex-Diretores Estatutários da Companhia, o qual foi devidamente aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2020, visando a devida responsabilização dos referidos Ex-Diretores Estatutários da Companhia.

Foi aprovado também o ajustamento de ação de responsabilidade contra os Ex-Diretores Estatutários da subsidiária IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. (IRB Par). Destaca-se que o Jurídico, a Contabilidade e a área Financeira da Companhia assumiram as respectivas atribuições no âmbito das atividades operacionais realizadas pela referida subsidiária, a qual teve seu processo de incorporação concluído por meio da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do IRB Re (Incorporado), realizada no dia 30 de setembro de 2022.

Adicionalmente, o U.S. Department of Justice (DoJ) e a U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) anunciaram publicamente, em 18 de abril de 2022, o andamento de processos criminal e civil, respectivamente, contra o Ex-Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores ("Ex-CFO") da Companhia, o qual representou a Companhia em reuniões com investidores norte-americanos no primeiro trimestre de 2020, em razão da declaração inverídica sobre a estrutura acionária da Companhia e potenciais investimentos na Companhia por terceiros, o que configuraria fraude ao mercado de capitais, nos termos da legislação norte-americana.

Após tratativas diversas com as referidas autoridades norte-americanas, a Companhia celebrou, em 20 de abril de 2023, com o DoJ um Non-Prosecution Agreement ("Acordo DoJ"), bem como um acordo adicional com a SEC ("Acordo SEC"), ambos tendo como objeto principal a informação inverídica de que a Berkshire Hathaway integraria a base acionária da Companhia, divulgada pelo Ex-CFO em território americano, entre fevereiro e março de 2020.

Com base nos termos e prazos previstos no Acordo DoJ, a Companhia disponibilizou, em 02 de maio de 2023, o montante de USD 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) ao DoJ, o qual ficará sob a custódia de um administrador oportunamente selecionado pelo DoJ e será destinado a compensar os acionistas da Companhia que venderam suas ações na data de 04 de março de 2020. Em breve serão definidas pelo DoJ as regras, rito e procedimento para que os referidos acionistas pleiteiem acesso à referida compensação pecuniária.

Já com relação ao Acordo SEC, ressaltamos que o mesmo foi formalmente aprovado, em maio de 2023, pela U.S. District Court for the Southern District of New York.

Importante ressaltar que, em função da ampla cooperação e remediação da Companhia neste caso, ambos os referidos Acordos não preveem o pagamento de qualquer multa pecuniária e/ou o desembolso de outros valores com relação aos fatos em exame.

Diante da celebração dos referidos Acordos, a Companhia continuará cooperando com o DoJ e a SEC, bem como aprimorando suas práticas de controles internos, governança e conformidade, além de se submeter ao acompanhamento e reporte periódico ao DoJ por um período de até 3 anos.

No âmbito do referido processo de acompanhamento periódico, informamos que a Companhia vem cumprindo todos os compromissos e prazos pactuados perante as autoridades americanas.

#### 1.3 Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Esta é a primeira apresentação das demonstrações contábeis da Companhia aplicando o CPC 50/IFRS 17 - Contratos de Seguros e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e alteração das demonstrações dos fluxos de caixa para o método indireto, o que representa uma mudança nas políticas contábeis e, como resultado, a Companhia representou os montantes anteriormente publicados, incluindo os saldos comparativos. As políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis, bem como a natureza e os efeitos das principais mudanças nessas políticas, resultantes da adoção do CPC 50/IFRS 17 e do CPC 48/IFRS 9 estão resumidos nas Notas 1.4 e Nota 25.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 25.

#### 1.3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as suas atividades relevantes.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4.2.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### 1.3.2 Entidades controladas

A partir de 30 de setembro de 2022, a Companhia passou a controlar diretamente as empresas IRB Chile Empreendimentos Imobiliários SPE S.A., IRB Renda Empreendimentos Imobiliários SPE S.A., IRB Uso Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. e IRB Santos Dumont Empreendimentos Imobiliários SPE S.A., que concentram os investimentos imobiliários do IRB Re.

A IRB Asset Management presta serviços de administração de carteira de valores mobiliários, por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além de executar outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, nos termos da Instrução nº 558 de 28/03/2015 e alterações posteriores da CVM. Atualmente, a controlada executa a gestão da maioria dos fundos exclusivos da Companhia.

As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do período	Percentual de participação	Investimento em 31 de dezembro de 2023
IRB Chile Emp. Imobiliários SPE S.A.	2.136	8	2.128	304	100,0%	2.128
IRB Renda Emp. Imobiliários SPE S.A.	12.068	56	12.012	732	100,0%	12.012
IRB Uso Emp. Imobiliários SPE S.A.	388	18	370	(340)	100,0%	370
IRB Santos Dumont Emp. Imobiliários SPE S.A.	15.020	1	15.019	(583)	100,0%	15.019
IRB Asset Management	17.352	3.633	13.719	349	100,0%	13.719
<b>Total</b>			<b>43.248</b>			

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Investimento em 31 de dezembro de 2022
IRB Chile Emp. Imobiliários SPE S.A.	1.913	6	1.907	(513)	100,0%	1.907
IRB Renda Emp. Imobiliários SPE S.A.	11.327	47	11.280	658	100,0%	11.280
IRB Uso Emp. Imobiliários SPE S.A.	497	1	496	(276)	100,0%	496
IRB Santos Dumont Emp. Imobiliários SPE S.A.	15.091	219	14.872	(745)	100,0%	14.872
IRB Asset Management	12.927	2.095	10.832	40.738	100,0%	10.832
<b>Total</b>			<b>39.387</b>			

## Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(123.853)</b>	<b>(420.739)</b>	<b>(123.853)</b>	<b>(420.739)</b>
<b>Ajustes ao prejuízo líquido</b>	-	-	-	-
Depreciação e amortização	57.779	49.481	57.804	49.524
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial	(41.855)	(43.308)	-	-
Varição na alienação de imobilizado, intangível e participações societárias	54	(81.323)	54	(81.323)
Constituição (reversão) de perda por redução de valor recuperável de investimentos	(40.123)	(140.263)	(40.123)	(146.566)
Constituição de perda por redução de valor recuperável de investimentos	(24)	15.939	(24)	15.939
Outros ajustes	10.306	-	10.306	-
Outros ajustes	(1.621)	5.329	805	10.208
<b>Prejuízo ajustado do exercício</b>	<b>(139.337)</b>	<b>(621.187)</b>	<b>(95.031)</b>	<b>(572.957)</b>
<b>Atividades operacionais</b>	-	-	-	-
<b>Variações nas contas patrimoniais</b>	-	-	-	-
Ativos financeiros	592.267	(392.090)	585.757	(376.760)
Títulos e créditos a receber	(63.430)	(351.814)	(61.951)	(353.238)
Créditos tributários e previdenciários	(124.267)	(91.480)	(124.091)	(48.068)
Despesas antecipadas	578	4.371	578	4.366
Ativos de contratos de retrocessão	226.089	567.197	226.089	567.197
Depósitos judiciais e fiscais	70.185	(21.287)	70.185	(21.287)
Passivos de contratos de resseguro e retrocessão	(187.562)	(444.151)	(187.562)	(444.



# Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

continuação

Os fluxos de caixa para a aquisição de resseguros surgem das atividades de venda, de subscrição e de início de um grupo de contratos que sejam diretamente atribuíveis à carteira de contratos ao qual a Companhia pertence. Outros custos que são ocorridos no cumprimento dos contratos incluem:

- Custos de processamento de sinistros, manutenção e administração.
- Comissões recorrentes a pagar sobre prêmios de parcela a receber dentro dos limites do contrato.
- Impostos e outros custos especificamente cobráveis dos segurados de acordo com as condições dos contratos.
- Custos de sinistros de contratos assumidos.
- Custos de despesas relacionadas a sinistros.

Os fluxos de caixa para a aquisição de resseguros e outros custos que são incorridos no cumprimento dos contratos compreendem tanto os custos diretos quanto a alocação de despesas gerais fixas e variáveis.

Os fluxos de caixa são atribuídos às atividades de aquisição, a outras atividades de execução e a outras atividades utilizando técnicas de custeio baseadas em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis às atividades de aquisição e outras atividades de execução são alocados a grupos de contratos, utilizando métodos que são sistemáticos e racionais, aplicados de maneira consistente a todos os custos que possuem características similares. A Companhia geralmente determina os fluxos de caixa para aquisições de resseguros a grupos de contratos com base nos percentuais definidos em contrato. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

O CPC 50/IFRS 17 requer que a Companhia aloque, como parte dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de resseguro e retrocessão, gastos gerais de produção fixos e variáveis (tais como custos de contabilidade, recursos humanos, tecnologia da informação e suporte, depreciação de edificações, aluguel, manutenção e serviços de utilidade pública) que sejam diretamente atribuíveis ao cumprimento de contratos e que estejam dentro dos limites de projeção dos fluxos de caixa. Como resultado deste critério de alocação, o total de gastos administrativos que não são diretamente atribuíveis aos contratos é de R\$ 31.365 R\$ 11.014 em 2022.

**Taxas de desconto (Ajuste de valor do dinheiro no tempo):** os fluxos de caixa futuros são ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados. A taxa de desconto utilizada é consistente com os preços de mercado observáveis e reflete as características dos fluxos de caixa e a liquidez do contrato.

O CPC 50/IFRS 17 não prescreve uma única técnica de estimativa para obter as taxas de desconto. No entanto, a norma especifica que uma abordagem "top-down" ou "bottom-up" pode ser utilizada:

- Top-down (fluxos de caixa variam com base no retorno de um item subjacente);
- Bottom-up (fluxos de caixa não variam com base no retorno de um item subjacente).

A Companhia definiu a abordagem "bottom-up" para ser utilizada no cálculo da taxa de desconto por ser amplamente utilizada no mercado. Nesta abordagem, a curva de rendimento livre de risco líquido é ajustada para refletir as diferenças entre as características de liquidez dos instrumentos financeiros que fundamentam as taxas observadas no mercado e as características de liquidez dos contratos. Desta forma, a Companhia definiu que para o cálculo da taxa de desconto serão utilizadas as seguintes taxas livres de risco disponíveis no mercado, de acordo com a moeda do contrato de resseguro:

- Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETT) Pré-Fixada (metodologia ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) para os contratos de resseguro emitidos em real.
- Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) Cambial (metodologia SUSEP - Superintendência de Seguros Privados) para os contratos de resseguro emitidos em dólar.

Taxas livres de risco da EIOPA (European Insurance and Occupational Pensions Authority) para os contratos de resseguro emitidos em dólar canadense, euro, peso colombiano, peso chileno, peso mexicano, yuan, libra esterlina, rupia indiana, iene japonês, won sul coreano, coroa norueguesa e rublo russo.

- Para os contratos emitidos em peso argentino e sul peruano, devido à indisponibilidade de dados individualizados de curvas de juros futuros, bem como às incertezas da elaboração de curvas livres de risco com metodologia própria que representem de maneira fidedigna a expectativa de juros futura livre de risco para essas moedas, tendo em vista o cenário econômico atual, foi definido pelo IRB a utilização da taxa básica de juros (equivalente à SELIC) de cada moeda na data-base de cálculo.

Para os contratos de resseguro emitidos nas demais moedas, é utilizada a taxa livre de risco correspondente à moeda estrangeira mais correlata (dentre aquelas descritas anteriormente, com exceção do peso argentino e sul peruano), conforme matriz de correlação entre as moedas.

Adicionalmente, para refletir as diferenças entre as taxas observadas no mercado e as características de liquidez dos contratos de resseguro, a Companhia incorpora na curva de rendimento livre de risco, o spread observado entre a ETTJ IPCA (metodologia ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e o retorno esperado de debêntures do mercado secundário com rating de crédito AAA.

A tabela abaixo demonstra a curva de rendimento utilizada para descontar os fluxos de caixa dos contratos de resseguros nas principais moedas:

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023					Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2022				
	1 ano	3 anos	5 anos	10 anos	20 anos	1 ano	3 anos	5 anos	10 anos	20 anos
BRL.....	10,81%	10,50%	10,79%	11,45%	12,39%	14,01%	13,29%	13,15%	13,05%	13,00%
USD.....	6,78%	5,85%	5,76%	6,59%	8,05%	6,68%	6,51%	6,59%	6,88%	7,59%
EUR.....	4,05%	3,13%	3,01%	3,10%	3,98%	3,95%	3,98%	3,90%	3,86%	3,54%
GBP.....	5,44%	4,37%	4,05%	3,98%	4,13%	5,24%	5,11%	4,84%	4,49%	4,31%

**Ajuste de risco não financeiro:** ajuste à estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que a entidade requer por suportar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorram de risco não financeiro.

O CPC 50/IFRS 17 não prescreve métodos para determinar o ajuste de risco para o risco não financeiro. Portanto, o julgamento da Administração é necessário para determinar uma técnica adequada de ajuste de risco a ser utilizada.

A Companhia definiu a metodologia do Cost of Capital (CoC) para cálculo do ajuste de risco pelo risco não financeiro. Este método projeta de forma prospectiva o capital futuro que a Companhia precisa manter no final de cada período de projeção, durante o run-off do negócio existente, no qual é aplicada a taxa de retorno esperada sobre este capital que será descontado e somado para obtenção do ajuste de risco.

Os ajustes de risco para o risco não financeiro para contratos de vida e de participação de contratos correspondem aos seguintes níveis de confiança: A Companhia estima o capital necessário para sustentar a operação frente ao passivo da Companhia e, após aplicar o custo de capital de 15,92%, obtomos o ajuste de risco para o risco não financeiro. O ajuste de risco calculado representa o excesso do valor em risco no 64º percentil para 2023, e 76º percentil em 2022 (nível de confiança), em relação ao valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros.

**Margem Contratual de Seguro (CSM):** lucro não realizado que a Companhia reconhecerá à medida que presta serviços no futuro sob os contratos de resseguro no grupo. A Companhia deve mensurar a margem contratual de resseguro no reconhecimento inicial de grupo de contratos.

No reconhecimento inicial de um grupo lucrativo de contratos de resseguro, a CSM é igual a soma:

- Dos fluxos de caixa de cumprimento, que são, estimativas de fluxos de caixa, ajuste para refletir o valor do dinheiro no tempo e ajuste de risco não financeiro; e
- De quaisquer outros fluxos de caixa decorrentes dos contratos do grupo nessa data.

Se a soma for uma entrada líquida, a CSM é apropriada no resultado conforme os serviços são prestados no período, de acordo com alocações de unidades de cobertura. A determinação das unidades de cobertura é baseada no cálculo da exposição remanescente, a cada data-base de mensuração, estimada considerando os efeitos de tipo de contrato, base de cessão e limite do contrato, sendo ponderada pelo volume de prêmio.

Se a soma for uma saída líquida, então o grupo é oneroso e um componente de perda é criado para representar o valor da saída líquida de caixa no passivo, e a perda é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor contábil de um grupo de contratos de resseguro em cada data-base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros ocorridos. O passivo para a cobertura remanescente inclui (a) os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem aos serviços que serão prestados nos termos dos contratos em períodos futuros e (b) qualquer CSM remanescente nessa data. O passivo por sinistros ocorridos inclui a realização de fluxos de caixa para a cobertura de sinistros ocorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas ainda não avisados.

Os fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de resseguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste ao risco para o risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual são reconhecidas como segue.

- Alterações relacionadas aos serviços futuros: ajustadas em relação à CSM (ou reconhecidas na prestação de serviços de resseguros com impacto no resultado caso o grupo seja oneroso).
- Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados: reconhecidas na prestação de serviços de resseguro com impacto no resultado.

Efeitos do valor contábil de um grupo de contratos de resseguro: reconhecidas como receitas ou despesas de financiamentos de seguros.

A Companhia trata a margem contratual e os fluxos de caixa de cumprimento como itens monetários, determinando-os em sua respectiva moeda estrangeira e convertendo-os para a moeda funcional nas datas de transação e reporte. As diferenças entre as taxas de conversão são reconhecidas no resultado do período.

O valor contábil da CSM em cada data-base é o valor contábil no início do período, ajustado por:

- CSM de quaisquer novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício.
- Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício, mensurados às taxas de desconto em fluxos de caixa nominais que não variam com base nos retornos de quaisquer itens subjacentes no reconhecimento inicial.
- Mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que se relacionam a serviços futuros, exceto na medida em que:

- Quaisquer aumentos nos fluxos de caixa do cumprimento contratual excedem o valor contábil da CSM, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no resultado, criando um componente de perda.
- Quaisquer diminuições nos fluxos de caixa do cumprimento contratual sejam alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado.
- Efeito de quaisquer diferenças cambiais sobre a CSM.

- O valor reconhecido como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício.
- Ajustes nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que referem-se a serviços futuros compreendem:

- Mudanças decorrentes de prêmios recebidos no exercício, relacionados a serviços futuros e respectivos fluxos de caixa, mensurados às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial.
- Mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente, mensuradas às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial, exceto aquelas que surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças.

- Mudanças no ajuste ao risco para o risco não financeiro que se relacionam a serviços futuros

Em comparação aos conceitos definidos pelo IFRS 4, há mudanças significativas em relação à apuração do resultado, sendo a receita apurada de acordo com a prestação de serviços da Companhia, sendo assim, apropriada de forma diferente do que era praticado na norma anterior.

**Contratos de retrocessão**

A Companhia adota as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de retrocessão, exceto que o ajuste de risco não financeiro representará o valor do risco a ser transferido da Companhia para as retrocessionárias, e a CSM representará um custo líquido.

**Revisões Ocorridas**

A Companhia estimativa o custo final de liquidação dos sinistros ocorridos, mas não pagos, na data do balanço, e outras recuperações esperadas, através da revisão dos sinistros avisados e da provisão de sinistros ocorridos, mas ainda não avisados. O custo final de liquidação dos sinistros é estimado utilizando técnicas de reserva de sinistros, como os métodos Chain-ladder e Bornhuetter-Ferguson. Essas técnicas assumem que a própria experiência de sinistros da Companhia seja indicativa de padrões futuros de desenvolvimento e ocorrência, e portanto, do custo final dos sinistros. O custo final da liquidação dos sinistros é estimado separadamente para cada área geográfica e linha de negócio, além da abertura entre sinistros vultosos e não vultosos.

As premissas utilizadas, incluindo índices de sinistralidade e inflação futura de sinistros, são implicitamente derivadas dos dados históricos do desenvolvimento de sinistros em que se baseiam as projeções, embora o julgamento seja aplicado para avaliar o quanto as tendências passadas podem não se aplicar no futuro e o quanto esperam-se que surjam tendências futuras.

Estes fluxos de caixa são descontados utilizando curvas de rendimento livres de risco, ajustadas para refletir as características dos fluxos de caixa e a liquidez dos contratos de resseguro, ajustados ainda pela mensuração do ajuste ao risco não financeiro.

**vi. Apresentação e Divulgação**

De acordo com o CPC 50/IFRS 17, as carteiras de contratos de resseguro e retrocessão, que são ativos e passivos, são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Todos os direitos e obrigações decorrentes de uma carteira de contratos estão apresentados em base líquida; portanto, os fluxos de caixa futuros relativos a contratos de resseguro, a receber e a pagar não estão mais apresentados separadamente. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa que surjam antes do reconhecimento do respectivo grupo de contratos também estão apresentados na mesma linha das carteiras de contratos relacionadas.

Conforme o CPC 50/IFRS 17, a Companhia divulga informações detalhadas sobre receitas e conciliações para permitir aos usuários das demonstrações contábeis identificarem mudanças de fluxos de caixa e valores que são reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes são desagregados em:

- (a) um resultado antes do ajuste de resseguro, incluindo a receita e as despesas dos serviços de resseguros; e
- (b) receitas ou despesas financeiras de resseguros.

Os valores dos contratos de retrocessão estão sendo apresentados separadamente.

**Recita de resseguros**

A Companhia reconhece a receita de resseguros à medida que presta serviços sob grupos de contratos de resseguro. A receita de resseguros relativa à prestação de serviços para cada exercício representa o total das variações no passivo da cobertura remanescente que referem-se a serviços para os quais a Companhia espera receber contraprestação, e compreende os seguintes itens.

- Uma liberação da CSM, mensurada com base nas unidades de cobertura.
- Variações no ajuste de risco para o risco não financeiro relacionado aos serviços atuais.
- As despesas com sinistros estimados e outras despesas estimadas com a prestação de serviços de resseguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos valores esperados no início do exercício. Isso inclui valores resultantes do desreconhecimento de quaisquer ativos para fluxos de caixa além dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos, os quais são reconhecidos como despesas de receita de resseguro e ajustes de resseguro naquela data.
- Outros valores, incluindo serviços por experiência de recebimentos de prêmio para serviços atuais ou passados e valores relacionados a despesas tributárias incorridas.

Além disso, a Companhia aloca uma parcela de prêmios que refere-se à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros a cada período de forma sistemática. A Companhia reconhece o valor alojado, ajustado por atualização de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do respectivo grupo de contratos, como receita de seguro e um valor igual às despesas com serviços de resseguro.

**Despesas com prestação de serviços de resseguros**

Despesas de prestação de serviços de resseguro resultantes de contratos de resseguro são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas e compreendem os seguintes itens:

- Sinistros ocorridos e outras despesas de serviços de resseguro
- Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de resseguros: equivalente ao valor da receita de resseguros reconhecida no exercício que se refere à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros.
- Perdas em contratos onerosos e reversões desses prejuízos.
- Ajustes dos passivos para sinistros ocorridos que não surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças.

**Despesas líquidas com contratos de retrocessão**

As despesas líquidas com contratos de retrocessão compreendem alocação de prêmios de resseguros pagos deduzidos dos valores recuperados junto às retrocessionárias.

A Companhia reconhece uma alocação de prêmios de retrocessão pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de retrocessão. A alocação de prêmios de retrocessão pagos referentes aos serviços recebidos para cada período representa o total das variações do ativo para a cobertura remanescente que referem-se a serviços para os quais a Companhia espera pagar a contraprestação.

Para um grupo de contratos de resseguro que cobre contratos subjacentes onerosos, a Companhia estabelece um componente de recuperação de perdas do ativo para a cobertura remanescente para descrever a recuperação de perdas reconhecidas:

- No reconhecimento de contratos subjacentes onerosos, caso o contrato de resseguro que cobre esses contratos seja celebrado antes ou ao mesmo tempo em que esses contratos são reconhecidos.
- Para mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual do grupo de contratos de resseguro relacionados a serviços futuros que resultam da alteração dos fluxos de caixa do cumprimento contratual dos contratos onerosos subjacentes.

O componente de recuperação de sinistros determina os valores que são posteriormente apresentados no resultado como reversões das recuperações de sinistros dos contratos de resseguro e são excluídos da destinação dos prêmios de resseguro pagos. Ele é ajustado para refletir mudanças no componente de perda do grupo oneroso de contratos subjacentes, mas não pode exceder a parcela do componente de perda do grupo oneroso de contratos subjacentes que a Companhia espera recuperar dos contratos de resseguro.

**Recitas e despesas financeiras de resseguros**

As receitas e despesas financeiras de resseguros compreendem variações nos valores contábeis dos contratos de resseguro e retrocessão resultantes dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro.

**vii. Transição**

A Companhia adotou o CPC 50/IFRS 17 de forma retrospectiva, utilizando-se de modificações permitidas devido à impraticabilidade da aplicação da abordagem retrospectiva completa. A Companhia definiu para aplicar a abordagem retrospectiva modificada para todos os seus grupos de contratos, e possui como objetivo alcançar o resultado mais próximo possível da aplicação retrospectiva completa, utilizando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

A aplicação da abordagem retrospectiva completa apresentou-se impraticável na transição, devido ao fato de que obter estimativas para rastrear as projeções históricas para os produtos existentes na data de transição e aplicação iniciais não era possível. Portanto, quando da aplicação da abordagem retrospectiva modificada, a Companhia usou informações razoáveis e suportáveis de seus sistemas informacionais existentes, o que resultou no resultado mais próximo da abordagem retrospectiva completa, sem custos ou esforços excessivos.

O CPC 23/IAS 8 determina que, após ser impraticável ajustar informações de períodos anteriores apresentados para fins de comparação com o período corrente, pois podem não ter sido reunidas informações necessárias em período anterior, de tal forma que seja possível a aplicação retrospectiva de nova política contábil.

Assim, a Companhia adota a abordagem retrospectiva modificada para todos os seus grupos de contratos na transição, e estima os fluxos de caixa futuros na data de reconhecimento inicial ajustados pelos fluxos de caixa que se sabem que ocorreram entre a data de reconhecimento inicial e a data de transição. Estes fluxos incluem fluxos de caixa resultantes de contratos que deixaram de existir antes da data de transição.

**Julgamentos na aplicação da abordagem retrospectiva modificada**

Quando da aplicação da abordagem retrospectiva modificada a Companhia aplicou julgamento significativo na determinação dos valores de transição sob essas abordagens.

**Agregação de Contratos**

A agregação dos contratos de resseguro por rentabilidade esperada foi avaliada na data de transição na medida em que não havia informações razoáveis e suportáveis disponíveis para realizar essa avaliação no reconhecimento inicial. Para esta avaliação, a Companhia estimou o fluxo de caixa futuro (FCF) no reconhecimento inicial. Além disso, para agregar contratos de resseguro não onerosos emitidos em grupos de contratos que não tinham possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente ou grupos de contratos remanescentes, a Companhia avaliou a probabilidade, por meio de modelo estatístico, de mudanças nas exposições de resseguros, financeiras e outras no FCF prospectivamente na data de transição. Da mesma forma, para agregar os contratos de resseguro mantidos em uma posição de custo líquido em grupos de contratos para os quais não há possibilidade significativa de ganho líquido subsequente ou grupos de contratos remanescentes, a Companhia avaliou a probabilidade, por meio de modelo estatístico, de mudanças nas exposições de seguros, financeiras e outras em o FCF prospectivamente na data de transição.

**Fluxo de caixa futuro**

Os fluxos de caixa futuros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos de resseguro foram estimados como os fluxos de caixa futuros na data de transição, ajustados pelos fluxos de caixa efetivos que se sabe que ocorreram entre a data de transição (ou anterior) e a data do reconhecimento inicial. Os fluxos de caixa efetivos, incluem fluxos de caixa de contratos que deixaram de existir antes da data de transição.

**Ajuste de risco para riscos não financeiros**

O ajuste de risco pelo risco não financeiro foi estimado na data de reconhecimento inicial do grupo de contratos e foi determinado pelo ajuste de risco não

financeiro na data de transição ajustado pela liberação de risco esperada antes da data de transição.

Esta liberação foi determinada por referência à liberação de risco para contratos similares que a Companhia emite na data de transição.

**Taxa de desconto**

Conforme modificação permitida pela IFRS 17 na aplicação da abordagem retrospectiva modificada, a Companhia definiu a estimativa da taxa de desconto com base na média dos três anos imediatamente antes da data de transição, ou seja, o spread é a média de curva de rendimentos observáveis e a curva de rendimento estimada desde 2020.

**CSM - Componente de perda**

Para calcular a margem contratual de seguro, o IRB estimou os fluxos de caixa futuros na data de reconhecimento inicial de grupo de contratos de resseguro como o valor dos fluxos de caixa futuros na data de transição ajustados pelos fluxos que se sabe que ocorreram entre a data de reconhecimento inicial e a data de transição. Por fluxos de caixa que se sabe que ocorreram, a Companhia entende que são todos os fluxos que transitaram pelo caixa neste período - incluindo prêmios recebidos, comissões pagas e sinistros pagos, por exemplo. A Companhia determinou o montante de margem contratual de seguro relativo à prestação das coberturas de retrocessão antes da data de transição comparando as unidades de cobertura remanescentes nessa data com as unidades de cobertura fornecidas de acordo com o grupo de contratos antes da data de transição.

Os efeitos dos grupos de contratos de resseguros e retrocessão contabilizados na data de transição está detalhado na Nota 17 e 22.

**1.4.2. Reapresentação dos saldos comparativos**

Conforme descrito na Nota 1.3, a Companhia está reapresentando os seus saldos comparativos devido à adoção inicial do CPC 50/IFRS 17. Os impactos da nova norma em demonstrações contábeis históricas da Companhia são relevantes em atendimento ao IAS 8/IFRS 23, as cifras comparativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão sendo reapresentadas e remitidas.

Os saldos ajustados na transição em 1º de janeiro de 2022 estão apresentados abaixo:

<b>Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021</b> .....	<b>3.634.360</b>
Total de ajustes na transição - IFRS 17.....	87.995
Imposto de renda e contribuição social - IFRS 17.....	(35.198)
<b>Total de ajuste na aplicação do IFRS 17</b> .....	<b>52.797</b>
<b>Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)</b> .....	<b>3.687.157</b>

O resumo dos efeitos da reapresentação do balanço patrimonial findo em 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 e a demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentado abaixo:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17) (Reapresentado)	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17) (Reapresentado)
<b>Circulante</b> .....	<b>14.001.807</b>	<b>(8.696.644)</b>	<b>5.305.163</b>	<b>13.990.281</b>
Caixa e equivalentes em caixa.....	82.321	-	82.321	-
Ativos Financeiros.....	4.014.753	-	4.014.753	-
Créditos das operações com resseguros e retrocessões.....	4.105.081	(4.105.081)	-	-
Ativos de retrocessão - provisões técnicas.....	5.599.770	(5.599.770)	-	-
Ativos de contratos de retrocessão.....	-	1.101.175	1.101.175	-
Títulos e créditos a receber.....	21.926	20.864	42.790	20.864
Créditos tributários e previdenciários.....	127.591	-	127.591	-
Despesas antecipadas.....	371	-	371	-
Custos de aquisição diferidos.....	113.832	(113.832)	-	-
<b>Não circulante</b> .....	<b>8.564.241</b>	<b>2.771.134</b>	<b>11.335.375</b>	<b>8.684.160</b>
Ativos financeiros.....	4.976.260	-	4.976.260	-
Ativos de contratos de retrocessão.....	-	2.999.375	2.999.375	-
Créditos das operações com resseguros e retrocessões.....	11.677	(11.677)	-	-
Ativos de retrocessão - provisões técnicas.....	81.270	(81.270)	-	-
Títulos e créditos a receber.....	589.816	(586.230)	503.586	589.816
Créditos tributários e previdenciários.....	2.474.149	(35.199)	2.438.950	2.517.225
Depósitos judiciais e fiscais.....	233.895	-	233.895	-
Custos de aquisição diferidos.....	13.865	(13.865)	-	-
Participações societárias.....	28.876	-	28.876	-
Imóveis destinados à renda.....	4.570	-	4.570	-
Outros investimentos.....	371	-	371	-
Imobilizado.....	64.503	-	64.503	-
Intangível.....	84.989	-	84.989	-
<b>Total do ativo</b> .....	<b>22.566.048</b>	<b>(5.925.510)</b>	<b>16.640.538</b>	<b>22.674.441</b>

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17) (Reapresentado)	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17) (Reapresentado)
<b>Circulante</b> .....	<b>17.314.052</b>	<b>(12.415.131)</b>	<b>4.898.921</b>	<b>17.351.763</b>
Obrigações a pagar.....	19.999	-	19.999	-
Impostos e encargos sociais a recolher.....	28.297	-	28.297	-
Provisões técnicas - resseguro.....	12.665	-	12.665	-
Provisões para benefícios pós-emprego.....	42.409	-	42.409	-
Imposto de renda e contribuição social.....	4.532	-	4.532	-
Empréstimos e Financiamentos.....	10.354	-	10.354	-
Débitos de operações com resseguros e retrocessões.....	2.051.671	(2.051.671)	-	-
Passivo de contrato de Resseguro.....	-	4.626.676	4.626.676	-
Depósitos de terceiros.....	107.977	-	107.977	-
Outros créditos a receber.....	15.036.148	(15.036.148)	-	-
Outros débitos.....	46.012	-	46.012	-
<b>Não circulante</b> .....	<b>1.617.636</b>	<b>6.436.824</b>	<b>8.054.460</b>	<b>1.688.318</b>
Obrigações a pagar.....	12.191	-	12.191	-
Provisões para benefícios pós-emprego.....	415.469	-	415.469	-
Empréstimos e Financiamentos.....	819.107	-	819.107	-
Passivo de contrato de Resseguro.....	-	6.731.535	6.731.535	-
Imposto de renda e contribuição social.....	789	(789)	-	-
Débitos de operações com resseguros e retrocessões.....	293.922	(293.922)	-	-
Provisão para processos judiciais.....	76.158	-	76.158	-
<b>Patrimônio líquido</b> .....	<b>3.634.360</b>	<b>52.797</b>	<b>3.687.157</b>	<b>52.797</b>
Capital social.....	4.219.524	-	4.219.524	-
Reservas de Capital.....	1.006	-	1.006	-
Ações em tesouraria.....	(283.760)	-	(283.760)	-
Reservas de lucros.....	148.666	-	148.666	-
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(451.076)	-	(451.076)	-
Prejuízo acumulado.....	-	52.797	-	52.797
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> .....	<b>22.566.048</b>	<b>(5.925.510)</b>	<b>16.640.538</b>	<b>22.674.441</b>

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17) (Reapresentado)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17) (Reapresentado)



# Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

Os detalhes das novas políticas contábeis materiais e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo.

**I. Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros**  
 O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adição do CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do IRB Re relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge). A política adotada pelo IRB referente ao CPC 48/IFRS 9 na Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros está descrita na Nota 25.

O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre o valor contábil dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2023 refere-se apenas aos novos requerimentos de *impairment*, conforme descrito.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2023.

	Nota	Classificação original (CPC 38/IAS 39)	Nova classificação (CPC 48/IFRS 9)	Valor contábil original (CPC contábil) 38/IAS 39	Novo valor ajustado (CPC norma por mudança de classificação) 48/IFRS 9	Ajustes de perda de crédito esperada
<b>Ativos financeiros</b>						
Títulos públicos.....	6.1	Mantido para negociação	VJORA	1.738.094	1.738.094	-
Fundos de investimentos não exclusivos.....	6.1	Disponível para venda	VJR	21.403	21.403	-
Títulos públicos.....	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	25.718	25.554	164
Debêntures.....	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	189.521	190.808	(1.287)
Letras financeiras - Faltam no SPPL.....	6.1	Disponível para venda	VJR	13.301	13.301	(135)
Letras financeiras.....	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	158.777	158.507	264
Operações compromissadas.....	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	17.448	17.448	-
Certificado de depósito bancário.....	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	358.726	358.726	-
Certificados de recebíveis						
Imobiliários.....	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	55.272	55.272	-
Títulos públicos.....	6.1	VJR	VJORA	2.015	2.015	-
Fundos imobiliários não exclusivos.....	6.1	VJORA	VJR	7.808	7.808	-
Time deposits.....	6.1	VJR	VJORA	559.056	559.056	-
<b>Total de ativos financeiros.....</b>				<b>3.147.139</b>	<b>3.147.992</b>	<b>(859)</b>

a. As Debêntures classificadas como disponíveis para venda segundo o CPC 38/IAS 39 são mantidas pela tesouraria do IRB Re em uma carteira separada para atender juros, mas podem ser vendidas para atender às exigências de liquidez decorrentes do curso normal dos negócios. O IRB Re considera que esses títulos são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de títulos. As Debêntures e os prazos contratuais destes ativos financeiros são originados em datas específicas, e fluxos de caixa que são exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Esses ativos foram, portanto, classificados como ativos financeiros a VJORA sob o CPC 48/IFRS 9. Na transição para o CPC 48/IFRS 9, uma provisão para *impairment* de R\$ 135 mil foi reconhecida como uma redução no saldo inicial de lucros acumulados e um aumento em reserva de valor justo em 1º de janeiro de 2023.

b. Esses títulos patrimoniais representam investimentos que o IRB Re pretende manter a longo prazo para fins estratégicos. Conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9, o IRB Re designou esses investimentos na data da aplicação inicial como mensurados a VJORA. De forma diferente do CPC 38/IAS 39, a reserva de valor justo acumulada relacionada a esses investimentos nunca será reclassificada para o resultado.

c. De acordo com o CPC 38/IAS 39, esses títulos patrimoniais foram designados como mensurados a VJR porque eram administrados com base no seu valor justo e seu desempenho era monitorado nessa base. Estes ativos foram classificados obrigatoriamente como mensurados a VJR conforme o CPC 48/IFRS 9. d. O IRB Re possui Cartas de Crédito com instituições financeiras no valor de R\$ 77.865 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 83.956 mil em 1º de janeiro de 2023), que não geram remuneração para o IRB Re. Estas cartas visam servir como garantia para operações de resseguro e retrocessão.

**ii. Impairment de Ativos Financeiros**  
 O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38/IAS 39.

Os ativos financeiros ao custo amortizado constam em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, debêntures e letras financeiras. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O IRB Re mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- instrumentos financeiros com emissores soberanos (nacionais e internacionais), que apresentem performance com risco dentro do esperado;
- instrumentos financeiros com emissores Corporate (financeiros e não-financeiros), que apresentem performance com risco dentro do esperado

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o IRB Re considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do IRB Re, na avaliação de crédito e considerando informações *forward-looking*. O IRB Re presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O IRB Re considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito ao IRB Re, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

O IRB Re considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". O IRB Re considera que este seja Ba3+ ou superior pela Moody's ou BBB- ou superior pela S&P ou Fitch.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o IRB Re está exposto ao risco de crédito.

**Mensuração de perdas de crédito esperadas**  
 Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao IRB Re de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o IRB Re espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

**Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito**  
 Em cada data de apresentação, o IRB Re avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

**Apresentação de impairment**  
 Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em demonstração do resultado abrangente, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por *impairment* relacionadas a RVRR (Redução do valor recuperável), são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente. Como resultado, o IRB Re reclassifica ou perdas por *impairment* de R\$ 135 mil, reconhecidas pelo CPC 38/IAS 39, de "outras despesas" para "perda por impairment de contas a receber e outras recebíveis, incluindo ativos contratuais" na demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As perdas por *impairment* de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas financeiras", semelhante à apresentação no CPC 38/IAS 39, e não são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente devido à sua imaterialidade.

**Impacto do novo modelo de impairment**  
 Para ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48/IFRS 9, as perdas por *impairment* podem aumentar e se tornar mais voláteis em relação a norma anterior, o CPC 38/IAS 39. O IRB Re determinou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48/IFRS 9 em 1º de janeiro de 2023 resultaram em uma provisão adicional de R\$ 135 mil referente às debêntures.

**iii. Transição**  
 As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48/IFRS 9 foram aplicadas prospectivamente, conforme descrito abaixo:

- O IRB Re optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requerimentos de classificação e mensuração (incluindo *impairment*). As diferenças nos valores contábeis dos ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2023. Dessa forma, as informações apresentadas para 2022 não refletem os requerimentos do CPC 48/IFRS 9, mas sim do CPC 38/IAS 39.
- As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial:
  - A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
  - A designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
  - A designação de certos investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação a VJORA.

**Seção B - Riscos**  
**2. Gerenciamento de riscos**  
 A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) do IRB Re integra-se ao seu Sistema de Controles Internos (SCI), fundamentada em princípios de análise crítica e melhoria contínua, com o objetivo de identificar, mensurar, tratar e monitorar riscos que podem impactar os objetivos estratégicos da Companhia. A Companhia mantém uma Diretoria Estatutária de Gestão de Riscos e a Gerência de Conformidade, responsável pela supervisão e monitoramento do gerenciamento de riscos do IRB Re. No mesmo sentido, mantém-se o comprometimento de toda Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Comitê de Riscos e Solvência e dos demais órgãos colegiados, consultivos e deliberativos, por fomentar a gestão de riscos no âmbito da Companhia. Em novembro de 2023, foi confirmada pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, o rating A- em uma escala de classificação de risco de crédito global. A Companhia realizou em 2020 emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações. Na ocasião, agência de classificação de riscos *Standard&Poor's Global Ratings* ("S&P") atribuiu o rating "brAAA" para as emissões, nível que foi alterado para "brAA+" em relatório divulgado em dezembro de 2022. Em agosto de 2023, para a 3ª emissão de debêntures da Companhia, foi atribuído rating "brAA+" pela S&P, que também reafirmou o rating de emissor do IRB Re (brAA+).

**2.1 Modelo de três linhas**  
 O IRB Re adota o modelo das três linhas em sua Estrutura de Gestão de Riscos e Sistema de Controles Internos, como forma de conferir maior robustez à sua governança corporativa. A primeira linha é composta pelas vice-presidências e diretorias executivas, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia. A segunda linha é composta pela Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, que tem por função apoiar e monitorar continuamente a gestão de riscos desempenhada pela primeira linha. Por sua vez, a terceira linha, representada pela Auditoria Interna, tem atribuições relacionadas a avaliar de forma independente a efetividade da governança e do gerenciamento de riscos da Companhia.

A Companhia opera essas três linhas de forma simultânea e integrada, por meio de canais de comunicação adequados e da colaboração de todos os envolvidos, visando conferir a devida transparência à tomada de decisões baseada em risco.

**2.2 Tipologia de risco**  
 As principais categorias de risco, inclusive determinadas pelos órgãos reguladores, são as que seguem: operacionais, subscrição, mercado, crédito e liquidez. A Companhia entende que estas categorias de fato abrangem as suas principais exposições, não sendo, porém exaustivas, considerando as dinâmicas do contexto e própria dos mercados em que está inserida.

**2.2.1 Riscos operacionais**  
 O risco operacional no IRB Re considera a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão de riscos operacionais é coordenada pela Gerência de Controles Internos que atua, conjuntamente com a área de negócio, na aplicação do processo de gerenciamento de riscos operacionais, fornecendo o devido suporte e avaliando a eficiência e a efetividade dos controles existentes. O IRB Re possui um programa de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) com definições para atuação em caso de contingência, organizado em planos de contingência específicos: Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Recuperação de Desastres e Planos de Continuidade Operacional, fundamentados no *Business Impact Analysis* (BIA), além do Plano de Gestão de Crises e do Plano de Atendimento à Emergência. A Companhia possui ainda um Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) com o objetivo de capturar e registrar a ocorrência de perdas oriundas de riscos materializados.

**2.2.2 Riscos de subscrição**  
 O risco de subscrição advém da possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas. A transferência de riscos por meio de retrocessão é uma das técnicas utilizadas para a mitigação e controle do risco de subscrição. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de riscos aceitos ou somente riscos específicos, (também chamados facultativos). O IRB Re atualmente possui programas de retrocessão (ou programas de proteção de carteira), desenhados basicamente em estrutura não proporcional (excesso de danos e stop loss), que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos. Considerando os limites de retenção, magnitude e necessidade de pulverização de riscos ou ainda aspectos operacionais e comerciais, em vários negócios a retrocessão é utilizada para distribuir riscos a outros resseguradores, recebendo como contrapartida remuneração específica pela originação do negócio. Uma outra modalidade de retrocessão utilizada pelo IRB são os contratos de LPT. Esses contratos são utilizados em situações em que a Companhia deseja se proteger de desvios nas provisões técnicas ou ceder provisões de sinistros de alguma carteira específica. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na Nota 2.2.4.

**2.2.1 Desenvolvimento de sinistros**  
 As tabelas a seguir apresentam o triângulo de desenvolvimento dos sinistros ocorridos da Companhia, abertos por ano de subscrição, sendo que a Companhia adota a comparabilidade de demonstrar o montante de LIC da data-base de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
<b>Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados</b> .....	<b>7.192.976</b>	<b>5.867.342</b>	<b>6.121.173</b>	<b>5.762.045</b>	<b>2.722.418</b>	<b>1.120.157</b>	<b>28.786.111</b>
No final de cada período.....	812.020	1.495.187	1.905.040	1.878.454	1.430.387	1.120.157	
Após 1 ano.....	2.884.896	3.901.929	4.413.945	5.013.355	2.722.418		
Após 2 anos.....	5.599.380	4.986.532	5.710.675	5.762.045			
Após 3 anos.....	6.469.613	5.642.972	6.121.173				
Após 4 anos.....	6.843.407	5.867.342					
Após 5 anos.....	7.192.976						
<b>Sinistros brutos acumulados pagos</b> .....	<b>(6.634.308)</b>	<b>(5.204.494)</b>	<b>(4.877.786)</b>	<b>(4.198.286)</b>	<b>(705.066)</b>	<b>(59.504)</b>	<b>(21.679.444)</b>
Passivo bruto - Sinistros de 2018 a 2023 (a).....	558.668	662.848	1.243.387	1.563.759	2.017.352	1.060.653	7.106.667
Passivo bruto - Sinistros anteriores a 2018 (b).....							3.268.137
<b>Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos não descontados (c) = (a) + (b)</b> .....							<b>10.374.804</b>
Efeito do desconto - Sinistros de 2018 a 2023 (d).....	(33.707)	(41.066)	(76.428)	(105.550)	(147.503)	(75.403)	(479.577)
Efeito do desconto - Sinistros anteriores a 2018 (e).....							(305.920)
<b>Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos descontados (e) = (c) + (d)</b> .....							<b>9.895.227</b>
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2018 a 2023 (f).....	3.303	5.168	10.969	12.010	16.888	11.030	59.368
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2018 a 2023 (g).....							16.643
<b>Passivo bruto incluído na demonstração financeira (e) + (f)</b> .....							<b>9.665.238</b>

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
<b>Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados</b> .....	<b>4.478.841</b>	<b>7.088.228</b>	<b>5.930.317</b>	<b>6.186.054</b>	<b>5.757.603</b>	<b>1.448.534</b>	<b>30.889.577</b>
No final de cada período.....	421.398	875.116	1.599.588	2.052.390	2.096.025	1.448.534	
Após 1 ano.....	788.853	2.990.436	4.193.761	4.869.342	5.757.603		
Após 2 anos.....	1.975.472	5.844.922	5.282.185	6.186.054			
Após 3 anos.....	3.989.396	6.711.761	5.930.317				
Após 4 anos.....	4.252.132	7.088.228					
Após 5 anos.....	4.478.841						
<b>Sinistros brutos acumulados pagos</b> .....	<b>(4.029.012)</b>	<b>(6.250.510)</b>	<b>(4.893.124)</b>	<b>(4.310.090)</b>	<b>(3.122.718)</b>	<b>(62.858)</b>	<b>(22.668.312)</b>
Passivo bruto - Sinistros de 2017 a 2022 (a).....	449.829	837.718	1.037.193	1.875.964	2.634.885	1.385.676	8.221.265
Passivo bruto - Sinistros anteriores a 2017 (b).....							3.575.718
<b>Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos não descontados (c) = (a) + (b)</b> .....							<b>11.796.983</b>
Efeito do desconto - Sinistros de 2017 a 2022 (d).....	(24.654)	(55.211)	(72.508)	(128.087)	(195.272)	(117.255)	(592.987)
Efeito do desconto - Sinistros anteriores a 2017 (e).....							(366.287)
<b>Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos descontados (e) = (c) + (d)</b> .....							<b>10.817.709</b>
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2017 a 2022 (f).....	2.483	5.319	6.825	15.189	20.243	11.016	61.075
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2017 a 2022 (g).....							16.643
<b>Passivo bruto incluído na demonstração financeira (e) + (f)</b> .....							<b>10.895.427</b>

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
<b>Estimativas de sinistros acumulados líquidos não descontados</b> .....	<b>5.656.740</b>	<b>4.240.575</b>	<b>4.661.848</b>	<b>5.201.964</b>	<b>1.952.066</b>	<b>604.030</b>	<b>22.317.223</b>
No final de cada período.....	946.434	1.270.994	1.284.169	1.531.957	898.219	604.030	
Após 1 ano.....	2.581.218	2.922.794	3.093.399	4.419.848	1.952.066		
Após 2 anos.....	4.431.149	3.519.919	4.198.660	5.201.964			
Após 3 anos.....	5.050.191	3.985.538	4.661.848				
Após 4 anos.....	5.303.704	4.240.575					
Após 5 anos.....	5.656.740						
<b>Sinistros líquidos de retrocessão acumulados pagos</b> .....	<b>(5.281.042)</b>	<b>(3.732.873)</b>	<b>(3.857.995)</b>	<b>(4.060.927)</b>	<b>(670.068)</b>	<b>(59.504)</b>	<b>(17.662.409)</b>
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros de 2018 a 2023 (a).....	375.698	507.702	803.853	1.141.037	1.281.998	544.526	4.654.814
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros anteriores a 2018 (b).....							1.520.033
<b>Passivo líquido de retrocessão - Sinistros ocorridos líquidos não descontados (c) = (a) + (b)</b> .....							<b>6.174.847</b>
Efeito do desconto - Sinistros de 2018 a 2023 (d).....	(21.242)	(26.885)	(43.166)	(62.681)	(83.548)	(22.573)	(260.095)
Efeito do desconto - Sinistros anteriores a 2018 (e).....							(90.319)
<b>Passivo líquido de retrocessão - Sinistros ocorridos descontados (e) = (c) + (d)</b> .....							<b>5.824.433</b>
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2018 a 2023 (f).....	2.497	4.164	5.675	8.402	9.319	6.352	36.409
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2018 a 2023 (g).....							6.092
<b>Passivo líquido de retrocessão incluído na demonstração financeira (e) + (f)</b> .....							<b>5.866.934</b>

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
<b>Estimativas de sinistros acumulados líquidos não descontados</b> .....	<b>3.358.879</b>	<b>5.521.187</b>	<b>4.179.556</b>	<b>4.527.956</b>	<b>4.984.124</b>	<b>770.286</b>	<b>23.341.988</b>
No final de cada período.....	534.067	1.024.892	1.367.406	1.375.766	1.705.924	770.286	
Após 1 ano.....	782.907	2.684.602	3.127.437	3.421.047	4.984.124		
Após 2 anos.....	1.6						



irbre.com

continuação

# Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

## Exposição ao risco de crédito

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Controladora		Consolidado	
	Ativos não vencidos	Saldo contábil	Ativos não vencidos	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	7.406	7.406	20.335	20.335
Custo amortizado				
Privados.....	450.619	450.619	459.005	459.005
Públicos.....	95.051	95.051	95.051	95.051
Exterior.....	-	-	-	-
Ao valor justo por meio do resultado				
Privados.....	171.503	171.503	110.146	110.146
Públicos.....	-	-	-	-
Exterior.....	91.406	91.406	91.406	91.406
Ao valor justo por meio do resultado abrangente				
Privados.....	-	-	-	-
Públicos.....	4.176.821	4.176.821	4.179.559	4.179.559
Exterior.....	3.370.167	3.370.167	3.370.168	3.370.168
<b>Total de ativos financeiros.....</b>	<b>8.362.973</b>	<b>8.362.973</b>	<b>8.325.670</b>	<b>8.325.670</b>

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Controladora		Consolidado	
	Ativos não vencidos	Saldo contábil	Ativos não vencidos	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	6.119	6.119	17.793	17.793
Ao valor justo por meio do resultado				
Privados.....	896.447	896.447	826.814	826.814
Públicos.....	1.347.514	1.347.514	1.357.615	1.357.615
Exterior.....	668.344	668.344	668.344	668.344
Disponíveis para venda				
Privados.....	451.999	451.999	448.096	448.096
Públicos.....	3.339.975	3.339.975	3.346.667	3.346.667
Exterior.....	2.317.846	2.317.846	2.317.846	2.317.846
<b>Total de ativos financeiros.....</b>	<b>9.028.244</b>	<b>9.028.244</b>	<b>8.983.175</b>	<b>8.983.175</b>

As informações de risco de crédito relativo aos ativos financeiros, os limites são estabelecidos através da política de investimentos da Companhia. Estes limites são refletidos em mandatos de Investimento, especialmente quando trata-se de investimentos em quotas de fundos de créditos privados. O cumprimento dos mandatos é monitorado pela área de Riscos.

Resumidamente, os limites para exposição de crédito, não restringem alocações em títulos públicos federais. Em relação a emissões de empresas financeiras, não-financeiras ou quotas de fundos de investimentos, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos, de acordo com a política de investimentos da Companhia.

Como decorrência dessa análise, é elaborado um "score" ("Rating" interno). Com base no "score" obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para restringir a exposição máxima a títulos de emissão de determinada empresa não-financeira ou financeira.

### 2.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da Companhia, ainda que solvente, indispor de recursos para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou cumprir as mesmas por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, envolvendo em perdas financeiras. Como principal estratégia de gestão, busca-se alocar os ativos em fundos de elevada liquidez, de forma a fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa esperados dos ativos e passivos relacionados com contratos de resseguros, ao longo do tempo, conforme apresentado na tabela abaixo.

	31 de dezembro de 2023			
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de caixa esperado de 0 a 12 meses.....	4.764.629	4.052.064	4.777.559	4.052.064
Fluxo de caixa esperado de 13 a 24 meses.....	2.617.083	3.683.488	2.617.083	3.683.488
Fluxo de caixa esperado de 25 a 36 meses.....	2.074.407	160.827	2.074.407	160.827
Fluxo de caixa esperado de 37 a 48 meses.....	73.101	63.615	73.101	63.615
Fluxo de caixa esperado de 49 a 60 meses.....	441.955	12.947	441.955	12.947
Fluxo de caixa esperado acima de 61 meses.....	376.239	84.788	288.304	84.788
	10.347.414	8.057.729	10.272.408	8.057.729

	31 de dezembro de 2022			
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de caixa esperado de 0 a 12 meses.....	5.806.186	4.049.184	5.817.860	4.049.184
Fluxo de caixa esperado de 13 a 24 meses.....	1.706.719	4.143.713	1.706.719	4.143.713
Fluxo de caixa esperado de 25 a 36 meses.....	1.153.696	151.709	1.153.696	151.709
Fluxo de caixa esperado de 37 a 48 meses.....	558.140	31.369	558.140	31.369
Fluxo de caixa esperado de 49 a 60 meses.....	570.098	13.739	570.098	13.739
Fluxo de caixa esperado acima de 61 meses.....	642.747	75.193	642.747	75.193
	10.437.586	8.464.907	10.449.260	8.464.907

(\*) O fluxo de caixa esperado dos ativos é composto pela soma dos fluxos de caixa oriundos dos ativos financeiros, ativos do contrato de retrocessão (desconsiderando ajustes de risco) e caixa e equivalentes de caixa.

(\*\*) O fluxo de caixa esperado dos passivos é composto pelo passivo do contrato de resseguro (desconsiderando ajustes de risco) e foi alocado ao longo do tempo utilizando métricas e premissas de projeção, levando em consideração sua respectiva relevância na projeção do dinheiro ao longo do tempo.

A nota demonstra excesso do saldo acumulado de ativos nos curto e longo prazos frente aos passivos nos curto e longo prazos. Atualmente a Companhia possui 81% de sua carteira em depósitos bancários, LFTs, NTN-Bs, títulos soberanos nacionais, US Treasuries e demais títulos que possuem liquidez diária à despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 5,70% e 8,97% dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento e depósitos bancários com prazos de resgate de até 60 e 120 dias respectivamente. A participação da carteira composta por fundo de investimentos e demais ativos com prazo de resgate acima de 120 dias é de apenas 2,88%.

### 2.3 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

### 2.4 Mensurações ao valor justo reconhecidas

(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de insumos, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (com base no preço).

(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Não houve transferência entre os Níveis 1, 2 e 3 durante o exercício.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia de valor justo:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Controladora		Consolidado	
	Nível	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>				
Ações de empresas nacionais.....	Nível 1	23.102	23.102	
Conta corrente remunerada.....	Nível 2	77.865	77.865	
Debêntures Inepar.....	Nível 3	5.000	5.000	
Debêntures % CDI.....	Nível 1	2.172	2.172	
Derivativos.....	Nível 2	-	215	
Fundos de índices de mercado.....	Nível 1	21.533	21.533	
Fundos de Investimentos em direitos creditórios.....	Nível 1	25.138	25.138	
Fundos Imobiliários - Exclusivos.....	Nível 2	6.175	916	
Letras Financeiras % CDI.....	Nível 2	8.093	15.246	
Letras Financeiras CDI+.....	Nível 2	16.599	1.353	
Outros.....	Nível 2	1.419	-	
Quotas de fundos de investimentos - Não Exclusivos - Exterior.....	Nível 2	13.541	13.541	
Quotas de Fundos de investimentos - Não Exclusivos.....	Nível 1	9.570	15.471	
<b>Total.....</b>		<b>262.909</b>	<b>201.552</b>	
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>				
Certificate of Deposit.....	Nível 2	420.142	420.142	
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits.....	Nível 2	352.080	352.080	
Letras financeiras do Tesouro.....	Nível 2	2.198.157	2.198.157	
Notas do Tesouro Nacional - Série B.....	Nível 1	1.323.142	1.323.142	
Notas do Tesouro Nacional - Série F.....	Nível 1	52.462	52.462	
Operações compromissadas.....	Nível 2	605.798	605.798	
Outros.....	Nível 2	(2.738)	-	
Reinsurance trust account (**)......	Nível 1	1.121.461	1.121.462	
Títulos da Dívida Soberana - Global 25 e 26 (*)......	Nível 1	1.476.484	1.476.484	
<b>Total.....</b>		<b>7.546.988</b>	<b>7.549.727</b>	

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Controladora		Consolidado	
	Nível	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
Certificados de recebíveis imobiliários.....	Nível 2	-	-	-
Debêntures % CDI.....	Nível 1	19.268	19.268	
Debêntures CDI+.....	Nível 1	215.483	194.280	
Debêntures IPCA.....	Nível 1	2.729	23.931	
Derivativos.....	Nível 2	-	-	
Fundos de Investimentos em direitos creditórios.....	Nível 1	-	-	
Letras Financeiras % CDI.....	Nível 2	-	8.093	
Letras Financeiras CDI+.....	Nível 2	213.433	213.433	
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	43.409	43.409	
Operações compromissadas.....	Nível 2	51.642	51.642	
Outros.....	Nível 2	(294)	-	
<b>Total.....</b>		<b>545.670</b>	<b>554.005</b>	

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	Controladora		Consolidado	
	Nível	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
<b>Passivos financeiros custo amortizado</b>				
Debêntures.....	Não aplicável	547.838	547.838	
<b>Total.....</b>		<b>547.838</b>	<b>547.838</b>	

(\*) Títulos brasileiros negociados no exterior

(\*\*) Ativos depositados no exterior e redutores da necessidade de cobertura, conforme Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2024, 2025, 2026 e 2027 (vide nota 24.2)

Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Controladora		Consolidado	
	Nível	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>				
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	959.437	959.437	
Notas do Tesouro Nacional - Série B.....	Nível 1	39.453	39.453	
Operações compromissadas.....	Nível 2	348.624	358.725	
Quotas de fundos de investimentos - Não Exclusivos.....	Nível 2	25.332	25.332	
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits.....	Nível 2	559.056	559.056	
Derivativos.....	Nível 2	-	749	
Debêntures Inepar.....	Nível 3	12.179	12.179	
Títulos da Dívida Soberana - Global 25.....	Nível 1	739.204	739.204	
Ações de empresas nacionais.....	Nível 1	65.264	54.772	
Fundos de índices de mercado.....	Nível 1	14.067	14.067	
Fundos Imobiliários - Exclusivos.....	Nível 2	64.060	804	
Quotas de Fundos - Não Exclusivos.....	Nível 2	-	5.039	
Conta corrente remunerada.....	Nível 2	83.956	83.956	
Outros.....	Nível 2	1.673	-	
<b>Total.....</b>		<b>2.912.305</b>	<b>2.852.773</b>	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>				
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	1.814.374	1.814.374	
Notas do Tesouro Nacional - Série B.....	Nível 1	1.209.180	1.211.165	
Notas do Tesouro Nacional - Série F.....	Nível 1	50.255	50.255	
Certificados de depósitos bancários.....	Nível 2	55.272	55.272	
Quotas de Fundos - Não Exclusivos.....	Nível 2	7.807	7.807	
Debêntures % CDI.....	Nível 1	20.703	135.641	
Debêntures CDI+.....	Nível 1	80.592	20.703	
Debêntures IPCA.....	Nível 1	12.152	33.177	
Letras Financeiras % CDI.....	Nível 2	151.377	158.777	
Letras Financeiras CDI+.....	Nível 1	13.301	13.301	
Operações compromissadas.....	Nível 2	266.166	270.873	
Certificados de recebíveis imobiliários.....	Nível 2	-	2.015	
Fundos de Investimentos em direitos creditórios.....	Nível 1	113.502	21.403	
Outros.....	Nível 2	(2.707)	-	
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26 (*)......	Nível 1	1.011.259	1.011.259	
Reinsurance trust account (**)......	Nível 1	1.306.587	1.306.587	
<b>Total.....</b>		<b>6.109.820</b>	<b>6.112.609</b>	
<b>Total.....</b>		<b>9.022.125</b>	<b>8.965.382</b>	

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	Controladora		Consolidado	
	Nível	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022
<b>Passivos financeiros custo amortizado</b>				
Debêntures.....	Não aplicável	916.111	916.111	
<b>Total.....</b>		<b>916.111</b>	<b>916.111</b>	

(\*) Títulos brasileiros negociados no exterior

(\*\*) Ativos depositados no exterior e redutores da necessidade de cobertura, conforme Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 (vide nota 24.2)

Os valores de caixa e equivalente de valor justo, devido dos contratos de resseguros e de retrocessões e obrigações a pagar não estão incluídos na tabela acima por ter seu valor contábil próximo ao valor justo, saldos dos investimentos desses instrumentos financeiros de curto prazo.

### Seção C - Informações por segmento

#### 3. Informações de operações por segmento

As informações de operações por segmento da Companhia são elaboradas com base em informações financeiras disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento ou que podem ser alocadas em bases razoáveis.

A Companhia está sujeita aos regulamentos aplicáveis às empresas de capital aberto e às empresas supervisionadas pela Susep.

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Resolução CVM nº42/2021 tornou obrigatória para as empresas de capital aberto brasileiras a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 50/IFRS 17 em suas demonstrações contábeis. No entanto, a Susep ainda não referendou o CPC 50/IFRS 17 para suas entidades reguladas e, por esta razão, a Companhia prepara outras demonstrações contábeis, segundo as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas pela SUSEP, isso inclui o cumprimento dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, quando referenciados por este regulador.

Diante do exposto, a Diretoria Estatutária na figura de principal gestor de operações, permanece alocando recursos e avaliando o desempenho dos segmentos operacionais da entidade com base nas informações financeiras elaboradas conforme o CPC 11/IFRS 4, garantindo assim, que a operação esteja adequada a todos os requisitos prudenciais estabelecidos pela SUSEP.

Para garantir a representação fidedigna do saldo total exibido na demonstração de resultados em conformidade com o CPC 50/IFRS 17, apresentada na demonstração do resultado do exercício, considerou-se de forma separada e evidente o impacto decorrente da adoção da nova norma.

Os segmentos de negócio da Companhia demonstrados a seguir são:

a) País: Representa os riscos de seguros aceitos no Brasil;

b) Exterior: Representa os riscos de seguros aceitos no exterior;

c) Outros: São alocados os itens que não podem ser atribuídos aos segmentos de negócios, compreendendo aqueles com características corporativas. Itens corporativos incluem principalmente aqueles vinculados à gestão financeira, despesa administrativa, despesa com tributos, resultado patrimonial e impostos e contribuições. O acompanhamento desses itens é realizado pela Administração da Companhia em sua totalidade, não considerando a abertura por segmento em seus relatórios financeiros internos.

Em 31 de dezembro de 2023, um único cliente respondeu por um percentual equivalente a 11,31% (9,62% no mesmo período de 2022) da receita da Companhia. A tabela abaixo demonstra os valores consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado 2023		Consolidado 2022	
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)
Prêmios de resseguros.....	6.521.088	(6.521.088)	-	-
Prêmios cedidos em retrocessão.....	(2.583.060)	2.583.060	-	-

	Controladora				
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %
	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	
31 de dezembro de 2022					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	12.179	12.179	-	-	12.179
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	949.693	947.980	1.815.651	1.814.374	SELIC 2.762.354
Operações compromissadas	330.069	330.069	266.166	266.166	SELIC 596.235
Notas do Tesouro Nacional - Série B	49.313	39.453	1.441.668	1.209.180	IPCA+2,85% 1.248.633
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	56.276	50.255	5,73% a.a. 50.255
Debêntures % CDI	-	-	20.793	20.703	106,84% 20.703
Debêntures IPCA	-	-	81.572	80.592	DI+ 2,20% 80.592
Letras Financeiras % CDI	-	-	12.370	12.152	IPCA+6,80% 12.152
Letras Financeiras CDI+	-	-	151.107	151.377	110,69% a.a. 151.377
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	739.799	739.204	-	-	2,63% a.a. 739.204
Certificados de depósitos bancários	-	-	55.272	55.272	102% do CDI a.a. 55.272
Fundos de Renda Fixa	-	-	113.502	113.502	- 113.502
Outros (*)	1.670	1.670	(2.707)	(2.707)	(1.037)
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Letras Financeiras do Tesouro	11.469	11.457	-	-	SELIC 11.457
Operações compromissadas	18.555	18.555	-	-	SELIC 18.555
Fundos de ações	65.264	65.264	-	-	65.264
Fundos de índices de mercado	14.067	14.067	-	-	14.067
Outros	3	3	-	-	3
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	64.060	64.060	-	-	64.060
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	-	-	15.033	7.807	- 7.807
<b>Total</b>	<b>2.256.141</b>	<b>2.243.961</b>	<b>4.040.010</b>	<b>3.791.974</b>	<b>- 6.035.935</b>

Aplicações financeiras no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26					
Outras aplicações financeiras					
Aplicações financeiras restritas - Carta de crédito remunerada (ii)	83.956	83.956	-	-	83.956
Reinsurance trust account (iii)	-	-	1.369.832	1.306.587	0,346% a.a. 1.306.587
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)	559.056	559.056	-	-	2,756% a.a. 559.056
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	25.332	25.332	-	-	25.332
<b>Total</b>	<b>668.344</b>	<b>668.344</b>	<b>2.460.218</b>	<b>2.317.846</b>	<b>- 2.986.190</b>

Consolidado					
Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	Total
Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo		
31 de dezembro de 2023					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	5.000	5.000	-	-	5.000
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.195.299	2.198.157	SELIC 2.241.566
Operações compromissadas	-	-	599.711	599.711	SELIC 651.353
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	1.477.234	1.323.142	IPCA+2,87% 1.323.142
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	54.386	52.462	5,73% a.a. 52.462
Debêntures CDI +	-	-	-	-	194.280
Debêntures % CDI	2.172	2.172	-	-	194.280
Debêntures IPCA	-	-	-	-	19.268
Letras Financeiras % CDI	15.240	15.246	-	-	23.931
Letras Financeiras CDI+	1.353	1.353	-	-	8.093
Fundos de Renda Fixa	25.138	25.138	-	-	213.433
Derivativos	215	215	-	-	213.901
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Operações compromissadas	-	-	6.087	6.087	6.087
Fundos de índices de mercado	21.533	21.533	-	-	21.533
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	916	916	-	-	916
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	15.471	15.471	-	-	15.471
<b>Ações de companhias abertas</b>	<b>23.102</b>	<b>23.102</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 23.102</b>
INEP3	110.140	110.146	4.332.717	4.179.559	554.056
<b>Total</b>	<b>91.406</b>	<b>91.406</b>	<b>3.461.093</b>	<b>3.370.168</b>	<b>- 3.461.574</b>

Consolidado					
Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	Total
Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo		
31 de dezembro de 2023					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	5.000	5.000	-	-	5.000
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.195.299	2.198.157	SELIC 2.241.566
Operações compromissadas	-	-	599.711	599.711	SELIC 651.353
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	1.477.234	1.323.142	IPCA+2,87% 1.323.142
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	54.386	52.462	5,73% a.a. 52.462
Debêntures CDI +	-	-	-	-	194.280
Debêntures % CDI	2.172	2.172	-	-	194.280
Debêntures IPCA	-	-	-	-	19.268
Letras Financeiras % CDI	15.240	15.246	-	-	23.931
Letras Financeiras CDI+	1.353	1.353	-	-	8.093
Fundos de Renda Fixa	25.138	25.138	-	-	213.433
Derivativos	215	215	-	-	213.901
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Operações compromissadas	-	-	6.087	6.087	6.087
Fundos de índices de mercado	21.533	21.533	-	-	21.533
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	916	916	-	-	916
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	15.471	15.471	-	-	15.471
<b>Ações de companhias abertas</b>	<b>23.102</b>	<b>23.102</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 23.102</b>
INEP3	110.140	110.146	4.332.717	4.179.559	554.056
<b>Total</b>	<b>91.406</b>	<b>91.406</b>	<b>3.461.093</b>	<b>3.370.168</b>	<b>- 3.461.574</b>

Consolidado					
Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	Total
Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo		
31 de dezembro de 2023					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	5.000	5.000	-	-	5.000
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.195.299	2.198.157	SELIC 2.241.566
Operações compromissadas	-	-	599.711	599.711	SELIC 651.353
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	1.477.234	1.323.142	IPCA+2,87% 1.323.142
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	54.386	52.462	5,73% a.a. 52.462
Debêntures CDI +	-	-	-	-	194.280
Debêntures % CDI	2.172	2.172	-	-	194.280
Debêntures IPCA	-	-	-	-	19.268
Letras Financeiras % CDI	15.240	15.246	-	-	23.931
Letras Financeiras CDI+	1.353	1.353	-	-	8.093
Fundos de Renda Fixa	25.138	25.138	-	-	213.433
Derivativos	215	215	-	-	213.901
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Operações compromissadas	-	-	6.087	6.087	6.087
Fundos de índices de mercado	21.533	21.533	-	-	21.533
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	916	916	-	-	916
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	15.471	15.471	-	-	15.471
<b>Ações de companhias abertas</b>	<b>23.102</b>	<b>23.102</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 23.102</b>
INEP3	110.140	110.146	4.332.717	4.179.559	554.056
<b>Total</b>	<b>91.406</b>	<b>91.406</b>	<b>3.461.093</b>	<b>3.370.168</b>	<b>- 3.461.574</b>

Consolidado					
Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	Total
Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo		
31 de dezembro de 2023					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	5.000	5.000	-	-	5.000
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.195.299	2.198.157	SELIC 2.241.566
Operações compromissadas	-	-	599.711	599.711	SELIC 651.353
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	1.477.234	1.323.142	IPCA+2,87% 1.323.142
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	54.386	52.462	5,73% a.a. 52.462
Debêntures CDI +	-	-	-	-	194.280
Debêntures % CDI	2.172	2.172	-	-	194.280
Debêntures IPCA	-	-	-	-	19.268
Letras Financeiras % CDI	15.240	15.246	-	-	23.931
Letras Financeiras CDI+	1.353	1.353	-	-	8.093
Fundos de Renda Fixa	25.138	25.138	-	-	213.433
Derivativos	215	215	-	-	213.901
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Operações compromissadas	-	-	6.087	6.087	6.087
Fundos de índices de mercado	21.533	21.533	-	-	21.533
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	916	916	-	-	916
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	15.471	15.471	-	-	15.471
<b>Ações de companhias abertas</b>	<b>23.102</b>	<b>23.102</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 23.102</b>
INEP3	110.140	110.146	4.332.717	4.179.559	554.056
<b>Total</b>	<b>91.406</b>	<b>91.406</b>	<b>3.461.093</b>	<b>3.370.168</b>	<b>- 3.461.574</b>

Consolidado					
Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	Total
Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo		
31 de dezembro de 2023					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	5.000	5.000	-	-	5.000
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.195.299	2.198.157	SELIC 2.241.566
Operações compromissadas	-	-	599.711	599.711	SELIC 651.353
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	1.477.234	1.323.142	IPCA+2,87% 1.323.142
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	54.386	52.462	5,73% a.a. 52.462
Debêntures CDI +	-	-	-	-	194.280
Debêntures % CDI	2.172	2.172	-	-	194.280
Debêntures IPCA	-	-	-	-	19.268
Letras Financeiras % CDI	15.240	15.246	-	-	23.931
Letras Financeiras CDI+	1.353	1.353	-	-	8.093
Fundos de Renda Fixa	25.138	25.138	-	-	213.433
Derivativos	215	215	-	-	213.901
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Operações compromissadas	-	-	6.087	6.087	6.087
Fundos de índices de mercado	21.533	21.533	-	-	21.533
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	916	916	-	-	916
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	15.471	15.471	-	-	15.471
<b>Ações de companhias abertas</b>	<b>23.102</b>	<b>23.102</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 23.102</b>
INEP3	110.140	110.146	4.332.717	4.179.559	554.056
<b>Total</b>	<b>91.406</b>	<b>91.406</b>	<b>3.461.093</b>	<b>3.370.168</b>	<b>- 3.461.574</b>

Consolidado					
Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	Total
Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo		
31 de dezembro de 2023					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	5.000	5.000	-	-	5.000
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.195.299	2.198.157	SELIC 2.241.566
Operações compromissadas	-	-	599.711	599.711	SELIC 651.353
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	1.477.234	1.323.142	IPCA+2,87% 1.323.142
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	54.386	52.462	5,73% a.a. 52.462
Debêntures CDI +	-	-	-	-	194.280
Debêntures % CDI	2.172	2.172	-	-	

- Créditos de PIS R\$ 81.998 (R\$ 76.507 em 2022), oriundos da ação de alargamento de base, cujo trânsito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013. Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de cálculo. A Companhia está momentaneamente impossibilitada de utilizar os créditos em virtude do disposto no art. 74, §3, Inc. VI e §12 inc. I, ambos da Lei nº 9.430/1996. Neste sentido, muito embora o Processo Administrativo nº 16682-722.248/2015-28 - onde se discute o aproveitamento do crédito, obtido por meio da Ação Ordinária nº 0010496-12.2006.4.02.5101 - ainda se encontra em trâmite na esfera administrativa, por conta da mencionada Lei a RFB veda a utilização desses créditos, sob pena das declarações serem consideradas não declaradas (nota 20.3.3).

- Refere-se aos valores de IRPJ e CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários atualizados até dezembro de 2023 no montante de R\$ 49.866 em (R\$ 45.681 em 31 de dezembro de 2022).

- Créditos de períodos anteriores no valor de R\$ 22.381 (R\$ 20.226 em 31 de dezembro de 2022) após processo de incorporação da subsidiária IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. realizada no dia 30 de setembro de 2022.

(iii) A Companhia estima realizar os respectivos créditos diferidos nos períodos futuros com base nos estudos e projeções de lucros tributáveis futuros. Tais projeções incluem estimativas operacionais, taxa de câmbio, volume de operações futuras, dentre outras que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais e suas estimativas e os estudos e projeções de lucros tributáveis baseadas em resultados apresentados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas pela SUSEP. Os resultados reais podem diferir dessas projeções e estimativas, o que pode resultar em ajuste no valor contábil dos ativos fiscais diferidos e na demonstração do resultado no futuro. Do valor total apresentado acima de R\$ 2.306.766 (R\$ 2.349.523 em 31 de dezembro de 2022), R\$ 2.218.514 (R\$ 2.233.895 em 31 de dezembro de 2022) referem-se a prejuízos fiscais e bases negativas e R\$ 88.252 (R\$ 115.628 em 31 de dezembro de 2022) referem-se a diferenças temporárias.

(iv) Refere-se a créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições, os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

### 8.1.1 Créditos tributários diferidos

#### (a) Créditos tributários diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal são compostos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Não circulante</b>				
Benefício pós emprego.....	398.507	398.507	406.439	406.439
Ações Judiciais - Transitadas em Julgado.....	(65.067)	(65.067)	(65.067)	(65.067)
Provisão para contingência de ações judiciais fiscais / Trabalhistas.....	18.502	18.502	17.282	17.282
Provisão para participação nos lucros.....	37.395	37.395	-	-
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	244.084	244.084	390.408	390.408
Provisão para contingências trabalhistas.....	53.445	53.445	54.783	54.786
Ajuste a valor de mercado - investimento.....	21.230	21.230	21.230	21.230
Atualização de depósitos judiciais fiscais / Trabalhistas.....	(271.197)	(271.197)	(262.458)	(262.458)
Prejuízo fiscal e base negativa.....	5.532.108	5.569.917	5.571.566	5.606.687
PIS e COFINS diferidos.....	(289.042)	(289.042)	(331.501)	(331.501)
Efeitos (CPC 48/IFRS 9).....	22.323	22.323	-	-
Efeitos (CPC 50/IFRS 17).....	(15.454)	(15.454)	(390.184)	(390.184)
Provisão Contingência Civil.....	4.171	4.171	10.807	10.807
Arrendamentos.....	1.965	1.965	-	-
<b>Base de cálculo.....</b>	<b>5.692.970</b>	<b>5.730.779</b>	<b>5.423.305</b>	<b>5.458.429</b>
Alíquota nominal vigente.....	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
<b>Créditos tributários diferidos.....</b>	<b>1.423.243</b>	<b>859.617</b>	<b>1.355.826</b>	<b>818.764</b>

O ativo fiscal diferido, decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que a entidade possua expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permita a realização do ativo fiscal diferido.

A Companhia revisa a cada data-base, por ocasião da publicação das demonstrações contábeis, o respectivo estudo, seguindo as políticas estabelecidas pela Administração e aprovadas pelos órgãos de Governança.

A revisão do estudo técnico de viabilidade da Companhia, que resultou em projeções de lucro tributável futuro, considerou todas as medidas contempladas no planejamento estratégico.

O planejamento estratégico da Companhia para os próximos anos contempla medidas que reforçam a disciplina financeira e a eficiência operacional de suas atividades, dentre elas, a revisão das estratégias de aquisição, venda de ativos não operacionais e controle de despesas administrativas.

Adicionalmente, a Companhia entende que as causas identificáveis dos prejuízos contábeis ocorridos nos anos de 2020 e 2021, em sua grande parte foram decorrentes da necessidade de ajustes necessários nas reservas técnicas de contratos subscritos pela antiga gestão, antes de junho de 2020, contratos estes firmados de forma temerária e expansionista que se mostrou detratadora dos resultados e são eventos improváveis de ocorrer novamente e não devem ser considerados nas projeções de resultados futuros, uma vez que tais contratos foram descontinuados ou totalmente reformulados pela nova Administração, e seus efeitos reduzidos ao longo dos anos. O prejuízo ocorrido no exercício de 2022, basicamente composto pelas perdas na carteira de negócios Rural, decorrente dos efeitos climáticos atípicos e nunca vistos nos últimos 75 anos, bem como do grupo de Vida em função da pandemia de Covid-19, em nada se correlaciona com os prejuízos apresentados nos anos precedentes, o que reforça o entendimento da baixa probabilidade de ocorrência futura.

Desta forma, após a reavaliação do estudo técnico, fundamentado nas premissas operacionais de seu planejamento estratégico, nos dados históricos e nos cenários econômicos futuros, a Companhia concluiu pela capacidade de geração de lucro tributável futuro suficiente para a compensação do crédito tributário diferido reconhecido no valor de R\$ 2.306.766 em 31 de dezembro de 2023.

O estudo foi aprovado pela Diretoria Estatutária e pelo Conselho de Administração da Companhia em janeiro de 2024.

#### (b) Estimativa de realização dos créditos tributários diferidos

Considerando a não indicação de horizonte temporal nos normativos contábeis para avaliação da capacidade de realização dos créditos tributários e a não prescrição dos mesmos pela Receita Federal do Brasil, a Companhia com base em estudo técnico e projeções, estima a realização dos créditos tributários diferidos conforme tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2023		
	Provisão para impostos e contribuições diferidas	%	%
2024.....	62.944	3%	3%
2025.....	86.197	4%	4%
2026.....	101.017	4%	4%
2027.....	129.409	6%	6%
2028.....	41.711	7%	7%
2029 a 2030.....	440.375	19%	19%
2031 a 2032.....	660.669	29%	29%
2033 a 2034.....	641.905	28%	28%
<b>Total.....</b>	<b>2.282.860</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

### 9. Imóveis destinados à renda

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2023			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
<b>Custo dos imóveis de renda bruto</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	16.302	7.090	67.953	91.345
Atualização ao valor justo.....	-	-	3.121	3.121
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022.....</b>	<b>16.302</b>	<b>7.090</b>	<b>63.195</b>	<b>86.587</b>
<b>Custo dos imóveis de renda bruto</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2023.....	16.302	7.090	63.195	86.587
Atualização ao valor justo.....	-	-	(2.425)	(2.425)
Transferência.....	(15.003)	-	(15.003)	(30.006)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023.....</b>	<b>1.299</b>	<b>7.090</b>	<b>60.770</b>	<b>69.159</b>

De acordo com última avaliação feita por empresas especializadas o montante referente ao valor justo dos imóveis destinados a renda é R\$91.466.

### 10. Imobilizado

	Controladora e Consolidado							
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis, máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Direito de uso	Total
<b>Custo imobilizado bruto</b>								
Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	66.772	38.364	3.007	8.412	3.472	89	6.994	127.110
Adições.....	-	1.760	186	-	5.832	-	17.165	24.943
Baixas.....	(67.409)	(12.431)	(1.337)	(7.814)	(3.203)	(19)	(3.66)	(92.579)
Transferências.....	637	-	-	(6.377)	-	-	-	(5.740)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022.....</b>	<b>-</b>	<b>27.693</b>	<b>1.856</b>	<b>598</b>	<b>5.464</b>	<b>70</b>	<b>23.793</b>	<b>59.474</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	(20.415)	(33.901)	(2.168)	(4.150)	(38)	(79)	(1.856)	(62.607)
Depreciação.....	(1.472)	(2.090)	(629)	(4.977)	(6.287)	(26)	(1.657)	(6.457)
Baixas.....	21.887	11.686	1.156	4.282	-	35	-	39.046
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022.....</b>	<b>(24.305)</b>	<b>(1.641)</b>	<b>(3.651)</b>	<b>(3.651)</b>	<b>(306)</b>	<b>(70)</b>	<b>(3.331)</b>	<b>(30.018)</b>
<b>Saldos contábeis, líquidos</b>	<b>3.988</b>	<b>215</b>	<b>233</b>	<b>5.158</b>	<b>(70)</b>	<b>(20.462)</b>	<b>29.456</b>	<b>29.456</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023.....</b>	<b>-</b>	<b>27.693</b>	<b>1.856</b>	<b>598</b>	<b>5.464</b>	<b>70</b>	<b>23.793</b>	<b>59.474</b>
Adições.....	-	887	469	3.120	22.555	667	5.418	33.116
Baixas.....	(1.550)	(81)	(3.110)	(1.028)	(6.90)	-	(6.459)	(13.028)
Transferências.....	4.165	-	590	(4.755)	-	-	-	(4.165)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023.....</b>	<b>31.195</b>	<b>2.244</b>	<b>1.198</b>	<b>22.236</b>	<b>47</b>	<b>29.211</b>	<b>86.131</b>	
<b>Depreciação acumulada</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022.....	(24.305)	(1.641)	(3.651)	(3.651)	(306)	(70)	(3.331)	(30.018)
Depreciação.....	(1.841)	(463)	(2.531)	(1.604)	(6.607)	(2)	(2.987)	(6.607)
Baixas.....	1.457	145	2.510	1.001	690	-	5.803	11.965
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023.....</b>	<b>(24.689)</b>	<b>(1.959)</b>	<b>(3.861)</b>	<b>(4.717)</b>	<b>(6.318)</b>	<b>(72)</b>	<b>(3.308)</b>	<b>(34.308)</b>
<b>Saldos contábeis, líquidos</b>	<b>6.506</b>	<b>285</b>	<b>812</b>	<b>21.327</b>	<b>-</b>	<b>22.893</b>	<b>51.823</b>	<b>51.823</b>

### 11. Intangível

	Controladora			Total
	Custos de desenvolvimento e aquisição de licenças de softwares			
	Software em andamento			
<b>Custo intangível bruto</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	295.009	20.917	315.926	
Adições.....	33.688	30.345	64.033	
Transferências.....	11.713	(11.713)	-	
Baixas.....	(1.233)	(320)	(1.553)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022.....</b>	<b>339.177</b>	<b>39.229</b>	<b>378.406</b>	
<b>Amortização acumulada</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	(230.937)	-	(230.937)	
Amortização.....	(42.840)	-	(42.840)	
Baixas.....	1.174	-	1.174	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022.....</b>	<b>(272.603)</b>	<b>-</b>	<b>(272.603)</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023.....</b>	<b>66.574</b>	<b>39.229</b>	<b>105.803</b>	
<b>Custo intangível líquido</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	339.177	39.229	378.406	
Adições.....	44.120	21.336	65.456	
Transferências.....	8.740	(8.740)	-	
Baixas.....	(390)	-	(390)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023.....</b>	<b>391.647</b>	<b>51.825</b>	<b>443.472</b>	
<b>Amortização acumulada</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	(272.603)	-	(272.603)	
Amortização.....	(52.294)	-	(52.294)	
Baixas.....	390	-	390	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023.....</b>	<b>(324.507)</b>	<b>-</b>	<b>(324.507)</b>	
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>67.140</b>	<b>51.825</b>	<b>118.965</b>	
<b>Custo intangível bruto</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	295.134	21.051	316.185	
Adições.....	33.688	30.211	63.899	
Transferências.....	11.713	(11.713)	-	
Baixas.....	(1.162)	(320)	(1.482)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022.....</b>	<b>339.373</b>	<b>39.229</b>	<b>378.602</b>	
<b>Amortização acumulada</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	(231.065)	-	(231.065)	
Amortização.....	(42.883)	-	(42.883)	
Baixas.....	1.174	-	1.174	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022.....</b>	<b>(272.774)</b>	<b>-</b>	<b>(272.774)</b>	
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>66.599</b>	<b>39.229</b>	<b>105.828</b>	
<b>Custo intangível bruto</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	339.373	39.229	378.602	
Adições.....	44.120	21.336	65.456	
Transferências.....	8.740	(8.740)	-	
Baixas.....	(390)	-	(390)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023.....</b>	<b>391.843</b>	<b>51.825</b>	<b>443.668</b>	
<b>Amortização acumulada</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	(272.774)	-	(272.774)	
Amortização.....	(52.319)	-	(52.319)	
Baixas.....	390	-	390	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023.....</b>	<b>(324.703)</b>	<b>-</b>	<b>(324.703)</b>	
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>67.140</b>	<b>51.825</b>	<b>118.965</b>	

### 12. Obrigações a pagar

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Fornecedores.....	14.943	26.813	20.716	34.295
Passivo de arrendamento.....	24.900	21.664	21.664	21.664
Juros sobre capital próprio/Dividendos.....	863	862	863	862
Processos trabalhistas.....	7.476	2.471	7.476	2.471
Gratificações - Diretoria.....	9.763	5.052	10.940	5.052
Participações nos lucros.....	37.395	-	37.662	-
Outros.....	762	-	762	-
<b>Total.....</b>	<b>96.102</b>	<b>56.862</b>	<b>103.319</b>	<b>64.344</b>
<b>Circulante.....</b>	<b>73.053</b>	<b>37.139</b>	<b>80.270</b>	<b>44.621</b>
<b>Não circulante.....</b>	<b>23.049</b>	<b>19.723</b>	<b>23.049</b>	<b>19.723</b>

Os valores recebidos das cedentes relativos a créditos não baixados integralmente estão registrados nesta rubrica. Os valores creditados de prêmio e de recuperação de sinistros são recebidos deduzidos de comissões e eventualmente adiantamento de sinistros.

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito:

	Controladora e consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Até 30 dias.....	47.263	46.844
Entre 31 e 60 dias.....	11.137	7.112
Entre 61 e 120 dias.....	13.199	26.262
Entre 121 e 180 dias.....	6.316	4.850
Mais de 180 dias.....	12.075	5.395
<b>Total.....</b>	<b>89.990</b>	<b>90.463</b>

# Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

### 14. Empréstimos e financiamentos

continuação

**17. Componentes de mensuração dos saldos dos contratos de resseguros e retrocessão**

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)
Rural.....	842.332	15.958	22.186	880.476	1.030.040	32.514
Aeronáuticos.....	771.416	1.806	845	774.067	946.917	1.915
Responsabilidades.....	852.668	3.877	86.390	942.935	747.766	4.182
Riscos financeiros.....	973.959	2.644	148.191	1.124.794	804.676	2.953
Vida.....	454.215	11.536	287.084	752.835	379.325	13.776
Marítimo.....	586.598	10.356	74.326	671.280	636.148	12.343
Automóvel.....	205.303	1.090	15.189	221.582	164.505	1.171
Patrimonial.....	3.224.706	25.217	578.409	3.828.332	3.810.652	11.238
Riscos especiais.....	58.151	17.645	450.706	526.502	(155.029)	15.597
Sucursais de Londres.....	88.118	-	88.118	-	99.897	-
<b>Total</b> .....	<b>8.057.466</b>	<b>90.129</b>	<b>1.663.326</b>	<b>9.810.921</b>	<b>8.464.897</b>	<b>115.189</b>

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)
Rural.....	30.626	1.371	43.639	75.636	51.367	1.831
Aeronáuticos.....	321.494	596	6.381	328.471	440.398	1
Responsabilidades.....	380.582	2.712	52.874	436.168	297.775	2.638
Riscos financeiros.....	495.809	415	21.962	518.186	400.189	612
Vida.....	41.529	16.337	48.702	91.868	506	902
Marítimo.....	275.804	4.603	42.267	322.674	304.680	4.833
Automóvel.....	7.429	16	55	7.500	3.324	50
Patrimonial.....	970.845	11.181	245.122	1.227.148	1.161.941	11.415
Riscos especiais.....	(327.927)	12.901	326.936	11.910	(443.987)	11.527
Sucursais de Londres.....	(58.800)	-	(58.800)	-	-	-
<b>Total</b> .....	<b>2.137.391</b>	<b>35.432</b>	<b>787.938</b>	<b>2.960.761</b>	<b>2.216.191</b>	<b>33.809</b>

A Companhia apresenta abaixo os valores dos componentes de mensuração dos saldos dos contratos de resseguro, composto pelo valor presente de fluxo de caixa, ajuste de risco e margem contratual de seguro (CSM).

**17.1 Reconciliação dos componentes de mensuração dos saldos dos contratos de resseguros**

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)
Saldo de abertura dos ativos.....	8.464.897	115.189	1.663.933	10.244.019	9.207.333	139.764
Saldo de abertura dos passivos.....	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo líquido de abertura.....</b>	<b>8.464.897</b>	<b>115.189</b>	<b>1.663.933</b>	<b>10.244.019</b>	<b>9.207.333</b>	<b>139.764</b>
<b>Varição relacionada à cobertura de resseguro corrente.....</b>	<b>(416.579)</b>	<b>(25.319)</b>	<b>(2.967.174)</b>	<b>(3.409.072)</b>	<b>(62.597)</b>	<b>(3.052.572)</b>
CSM reconhecida para serviços prestados.....	-	-	(2.967.174)	-	-	(3.052.572)
Varição do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido.....	-	(25.319)	-	(25.319)	(62.597)	-
Ajustes pela experiência.....	(416.579)	-	-	(416.579)	-	(518.237)
<b>Varição relacionada à cobertura de resseguro futura.....</b>	<b>(2.835.038)</b>	<b>8.191</b>	<b>2.860.026</b>	<b>33.179</b>	<b>(2.325.844)</b>	<b>48.083</b>
Varição das estimativas que ajustam a CSM.....	(1.326.211)	(11.136)	1.337.347	-	(1.135.689)	(22.966)
Varição das estimativas que resultam em perdas (reversões) em contratos onerosos.....	(27.979)	(2.871)	-	(30.850)	353.701	18.651
Contratos reconhecidos inicialmente no período (nota 18).....	(1.480.848)	22.198	1.522.679	64.029	(1.543.856)	52.398
<b>Varição relacionada à cobertura de resseguro passada.....</b>	<b>1.965.775</b>	<b>(13.171)</b>	<b>-</b>	<b>1.952.604</b>	<b>(8.190)</b>	<b>-</b>
Ajustes no passivo por sinistros ocorridos.....	1.965.775	(13.171)	-	1.952.604	(8.190)	-
<b>Resultado de resseguro.....</b>	<b>(1.285.842)</b>	<b>(30.299)</b>	<b>(107.148)</b>	<b>(1.423.289)</b>	<b>425.025</b>	<b>(22.704)</b>
Despesas financeiras líquidas de contratos de resseguros emitidos.....	481.353	8.710	161.025	651.088	11.570	5.946
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio.....	(307.670)	(3.471)	(54.484)	(365.625)	(387.660)	(7.817)
<b>Total de variações na demonstração do resultado.....</b>	<b>(1.112.159)</b>	<b>(25.600)</b>	<b>(607)</b>	<b>(1.137.826)</b>	<b>48.335</b>	<b>(347.181)</b>
<b>Fluxos de caixa.....</b>	<b>704.728</b>	<b>-</b>	<b>(607)</b>	<b>(1.137.826)</b>	<b>(791.371)</b>	<b>-</b>
<b>Saldo bruto de fechamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Saldo de fechamento dos ativos.....	-	-	-	-	-	-
Saldo de fechamento dos passivos.....	8.057.466	90.129	1.663.326	9.810.921	8.464.897	115.189
<b>Saldo líquido de fechamento.....</b>	<b>8.057.466</b>	<b>90.129</b>	<b>1.663.326</b>	<b>9.810.921</b>	<b>8.464.897</b>	<b>115.189</b>

**17.1.1 Abertura por contrato**

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)
Saldo de abertura dos ativos.....	8.378.598	76.836	588.882	9.044.316	9.207.333	139.764
Saldo de abertura dos passivos.....	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo líquido de abertura.....</b>	<b>8.378.598</b>	<b>76.836</b>	<b>588.882</b>	<b>9.044.316</b>	<b>9.207.333</b>	<b>139.764</b>
<b>Varição relacionada à cobertura de resseguro corrente.....</b>	<b>10.234</b>	<b>(8.966)</b>	<b>(817.355)</b>	<b>(816.087)</b>	<b>(48.457)</b>	<b>(2.318.462)</b>
CSM reconhecida para serviços prestados.....	-	-	(817.355)	-	-	(2.318.462)
Varição do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido.....	-	(8.966)	-	(8.966)	(48.457)	-
Ajustes pela experiência.....	10.234	-	-	10.234	(551.522)	-
<b>Varição relacionada à cobertura de resseguro futura.....</b>	<b>(638.473)</b>	<b>(1.064)</b>	<b>640.105</b>	<b>568</b>	<b>(515.586)</b>	<b>(1.483)</b>
Varição das estimativas que ajustam a CSM.....	(639.997)	(108)	640.105	-	(887.441)	(37.991)
Varição das estimativas que resultam em baixas (reversões) de perdas em contratos onerosos.....	1.524	(956)	-	568	371.855	36.508
<b>Varição relacionada à cobertura de resseguro passada.....</b>	<b>1.128.801</b>	<b>(17.304)</b>	<b>-</b>	<b>1.111.497</b>	<b>(9.638)</b>	<b>-</b>
Ajustes no passivo por sinistros ocorridos.....	1.128.801	(17.304)	-	1,111,497	(9,638)	-
<b>Resultado de resseguro.....</b>	<b>500.562</b>	<b>(27.334)</b>	<b>(177.250)</b>	<b>295.978</b>	<b>2.201.998</b>	<b>(59.578)</b>
Despesas financeiras líquidas de contratos de resseguros emitidos.....	422.461	4.248	35.743	462.452	91.923	3.478
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio.....	(271.410)	(2.400)	(16.581)	(290.391)	(415.764)	(6.828)
<b>Total de variações na demonstração do resultado.....</b>	<b>651.613</b>	<b>(25.486)</b>	<b>(158.088)</b>	<b>468.039</b>	<b>1.878.157</b>	<b>(62.928)</b>
<b>Fluxos de caixa.....</b>	<b>(2.734.314)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.734.314)</b>	<b>(2.706.892)</b>	<b>-</b>

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)
Saldo de abertura dos ativos.....	86.299	38.353	1.075.051	1.199.703	-	-
Saldo de abertura dos passivos.....	86.299	38.353	1.075.051	1.199.703	-	-
<b>Saldo líquido de abertura.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Varição relacionada à cobertura de resseguro corrente.....</b>	<b>(426.813)</b>	<b>(16.633)</b>	<b>(2.149.819)</b>	<b>(2.592.985)</b>	<b>33.285</b>	<b>(14.140)</b>
CSM reconhecida para serviços prestados.....	-	-	(2.149.819)	-	-	(734.110)
Varição do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido.....	-	(16.633)	-	(16.633)	(14.140)	-
Ajustes pela experiência.....	(426.813)	-	-	(426.813)	33.285	-
<b>Varição relacionada à cobertura de resseguro futura.....</b>	<b>(2.196.565)</b>	<b>9.255</b>	<b>2.219.921</b>	<b>32.611</b>	<b>(1.810.258)</b>	<b>49.566</b>
Varição das estimativas que ajustam a CSM.....	(686.214)	(11.028)	697.242	-	(248.248)	15.025
Varição das estimativas que resultam em baixas (reversões) de perdas em contratos onerosos.....	(29.503)	(1.915)	-	(31.418)	(18.154)	(17.857)
Contratos reconhecidos inicialmente no período (nota 18).....	(1.480.848)	22.198	1.522.679	64.029	(1.543.856)	52.398
<b>Varição relacionada à cobertura de resseguro passada.....</b>	<b>836.974</b>	<b>4.133</b>	<b>-</b>	<b>841.107</b>	<b>-</b>	<b>1.448</b>
Ajustes no passivo por sinistros ocorridos.....	836.974	4.133	-	841,107	-	1,448
<b>Resultado de resseguro.....</b>	<b>(1.786.404)</b>	<b>(2.965)</b>	<b>70.102</b>	<b>(1.719.267)</b>	<b>(1.776.973)</b>	<b>36.874</b>
Despesas financeiras líquidas de contratos de resseguros emitidos.....	58.892	4.462	125.282	188.636	(80.533)	2.468
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio.....	(36.260)	(1.071)	(37.903)	(75.234)	(28.104)	(989)
<b>Total de variações na demonstração do resultado.....</b>	<b>(1.763.772)</b>	<b>426</b>	<b>157.481</b>	<b>(1.605.865)</b>	<b>(1.829.222)</b>	<b>38.353</b>
<b>Fluxos de caixa.....</b>	<b>3.439.042</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.439.042</b>	<b>1.915.521</b>	<b>-</b>

**17.2 Reconciliação dos componentes de mensuração dos saldos dos contratos de retrocessão**

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)
Saldo de abertura dos ativos.....	2.694.472	23.125	627.716	3.345.313	2.830.452	46.616
Saldo de abertura dos passivos.....	(478.281)	10.684	324.079	(143.518)	-	-
<b>Saldo líquido de abertura.....</b>	<b>2.216.191</b>	<b>33.809</b>	<b>951.795</b>	<b>3.201.795</b>	<b>2.830.452</b>	<b>46.616</b>
<b>Varição relacionada à cobertura de resseguro corrente.....</b>	<b>394.935</b>	<b>241</b>	<b>(1.776.796)</b>	<b>(1.381.620)</b>	<b>871.404</b>	<b>(10.302)</b>
CSM reconhecida pelos serviços recebidos.....	-	-	(1.757.593)	-	-	(1.519.666)
Varição do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido.....	-	241	-	241	(10.302)	-
Ajustes pela experiência.....	393.871	-	-	393.871	871.404	-
Recuperações e reversões de recuperações de perdas em contratos onerosos subjacentes.....	-	-	(19.203)	(19.203)	-	(16.583)
Mudança nas estimativas que não ajustam a CSM.....	1.064	-	-	1.064	-	-
<b>Varição relacionada à cobertura futura.....</b>	<b>(1.591.108)</b>	<b>2.551</b>	<b>1.601.242</b>	<b>12.685</b>	<b>(1.261.572)</b>	<b>7.398</b>
Varição das estimativas que ajustam a CSM.....	(536.051)	203	535.848	-	62.507	(59.405)
Varição das estimativas relacionadas a perdas e a reversões de perdas em contratos onerosos subjacentes.....	-	-	12.685	12.685	-	28.699
Contratos reconhecidos inicialmente no período (nota 18).....	(1.055.057)	2.348	1.052.709	-	(1.324.079)	10.500
<b>Varição relacionada à cobertura passada.....</b>	<b>(378.401)</b>	<b>(1.641)</b>	<b>-</b>	<b>(380.042)</b>	<b>(635.166)</b>	<b>(9.387)</b>
Ajustes ao ativo por sinistros ocorridos.....	(378.401)	(1,641)	-	(380,042)	(635,166)	(9,387)
<b>Efeito da variação no risco de não desempenho das resseguradoras.....</b>	<b>(1.574.574)</b>	<b>1.151</b>	<b>(175.554)</b>	<b>(1.748.977)</b>	<b>(1.025.334)</b>	<b>(12.291)</b>
Resultado financeiro líquido com retrocessão.....	141.374	2.141	41.801	185.316	(54.397)	1.408
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio.....	(103.257)	(1,669)	(30,104)	(135,030)	(121,003)	(1,924)
<b>Total de variações na demonstração do resultado.....</b>	<b>(1.536.457)</b>	<b>1.623</b>	<b>(163.857)</b>	<b>(1.698.691)</b>	<b>(1.200.734)</b>	<b>(12.807)</b>
<b>Fluxos de caixa.....</b>	<b>1.457.657</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.457.657</b>	<b>586.473</b>	<b>-</b>
<b>Saldo bruto de fechamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Saldo de fechamento dos ativos.....	2.495.146	24.339	464.709	2.984.194	2.694.472	23.125
Saldo de fechamento dos passivos.....	(357.755)	11.093	323.229	(23.433)	(478.281)	10.684
<b>Saldo líquido de fechamento.....</b>	<b>2.137.391</b>	<b>35.432</b>	<b>787.938</b>	<b>2.960.761</b>	<b>2.216.191</b>	<b>33.809</b>

**17.2.1 Abertura por contrato**

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de					



continuação

**20.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária**  
A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionamento:

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023			
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo contábil	Obrigações fiscais saldo contábil
<b>Fiscal</b> .....				
Provável.....	1	18.060	-	18.060
Possível.....	10	336.005	-	-
Remota.....	1	-	-	-
	<b>12</b>	<b>354.064</b>		<b>18.060</b>
<b>Previdenciário</b> .....				
Provável.....	2	442	-	442
Possível.....	12	71.700	-	-
	<b>14</b>	<b>72.142</b>		<b>442</b>
<b>Trabalhista e cível</b> .....				
Provável.....	46	57.479	57.479	-
Possível.....	153	194.562	-	-
Remota.....	9	273.611	-	-
	<b>208</b>	<b>525.653</b>	<b>57.479</b>	<b>18.502</b>

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2022			
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo contábil	Obrigações fiscais saldo contábil
<b>Fiscal</b> .....				
Provável.....	1	16.873	-	16.873
Possível.....	9	331.690	-	-
Remota.....	1	-	-	-
	<b>11</b>	<b>348.563</b>		<b>16.873</b>
<b>Previdenciário</b> .....				
Provável.....	2	409	-	409
Possível.....	13	64.367	-	-
	<b>15</b>	<b>67.776</b>		<b>409</b>
<b>Trabalhista e cível</b> .....				
Provável.....	42	65.460	65.460	-
Possível.....	149	216.054	-	-
Remota.....	11	259.450	-	-
	<b>202</b>	<b>540.964</b>	<b>65.460</b>	<b>17.282</b>

O valor de R\$ 407.705 (R\$ 396.057 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a soma dos valores em risco nas ações fiscais/previdenciárias com estimativa de perda classificada como possível. Apenas os processos com estimativa de perda provável são passíveis de provisionamento, portanto as obrigações com riscos de perdas classificadas como possíveis e remotas não são provisionadas, visto que a probabilidade de condenação da Companhia, nestes casos, não é iminente.

Para as causas de risco possível, a referida norma requer que as potenciais perdas sejam divulgadas em notas explicativas. Para as contingências trabalhistas são consideradas as expectativas de desembolso em função de acordos.

**20.2 Movimentação das obrigações legais e contencioso**

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023			
	de 2022	Adições	Atualizações monetárias	Reversão/Pagamento
<b>Fiscais</b> .....	<b>17.282</b>	-	<b>1.220</b>	-
FGTS.....	409	-	33	-
ILL.....	16.873	-	1.187	-
<b>Trabalhistas e cíveis</b> .....	<b>65.460</b>	<b>12.065</b>	<b>10.766</b>	<b>(30.812)</b>
Ações trabalhistas (20.4).....	54.783	3.821	10.176	(15.335)
Cíveis.....	10.677	8.244	590	(15.477)
<b>Saldo final do período</b> .....	<b>82.742</b>	<b>12.065</b>	<b>11.986</b>	<b>(30.812)</b>

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2022			
	de 2021	Adições	Atualizações monetárias	Reversão/Pagamento
<b>Fiscais</b> .....	<b>16.122</b>	-	<b>1.160</b>	-
FGTS.....	152	-	29	-
ILL.....	15.742	-	1.131	-
<b>Trabalhistas e cíveis</b> .....	<b>60.036</b>	<b>14.360</b>	<b>11.273</b>	<b>(20.209)</b>
Ações trabalhistas (20.4).....	60.033	3.275	11.241	(19.766)
Cíveis.....	3	11.085	32	(442)
<b>Saldo final do período</b> .....	<b>76.158</b>	<b>14.360</b>	<b>12.433</b>	<b>(20.209)</b>

**20.3 Ações fiscais**

**20.3.1 - INSS**  
Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, foram lavrados Autos de Infrações e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia. A Companhia recorreu administrativamente, e sem sucesso impetrou, em 1999, Mandado de Segurança ("MS"), no qual o montante questionado e atualizado é de R\$ 67.488 relativos aos autos lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras. Os valores questionados encontram-se em processos judiciais em montante atualizado de R\$ 63.990. Não obstante o julgamento do RE nº 599.309 (Leading Case), no sentido da constitucionalidade da contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários instituída para as instituições financeiras e assemelhadas, entendemos que tal decisão não se aplica ao caso específico da Companhia. A Companhia defende como tese principal o fato de que o IRB Re, no período de janeiro/1993 a setembro/1998, não era equiparável às empresas de seguros privados, uma vez que, naquele período a Companhia era um Instituto, com personalidade jurídica própria e tendo, como funções principais, regular e fiscalizar o mercado de resseguro brasileiro, não estando, portanto, sujeito às regras da SUSEP.

Sendo assim, tendo em vista não ter sido aceito o crédito pleiteado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e nem pelas instâncias inferiores, a referida tese específica da Companhia nos autos do Mandado de Segurança nº 0023782-04.1999.4.02.5101, o IRB Re ajuizou Ação Rescisória nº 0002271-86.2020.4.02.0000 em novembro de 2020.

Resalta-se, por fim, que a Companhia apresentou pedido liminar nos autos da referida ação rescisória, visando a suspensão do processo de conversão do depósito judicial em renda para a União Federal nos autos do Mandado de Segurança original. Neste sentido, a Companhia, por meio do escritório externo responsável, vem evitando todos os esforços no sentido de obter, o quanto antes, o julgamento do referido pedido liminar.

A Companhia, juntamente com o escritório externo responsável, classifica como possível a estimativa de perda da referida ação rescisória ajuizada, visando (i) o julgamento do referido pedido liminar acerca do depósito judicial já realizado, bem como (ii) a análise da tese específica do IRB Re de não ser equiparável às empresas de seguros privados no referido período de janeiro/1993 a setembro/1998.

**20.3.2 - FINSOCIAL**  
Trata-se de Ação Declaratória cumulado com anulação ajuizada em julho de 2016, pelo IRB Re, em face da decisão administrativa que denegou a restituição, pleiteada pela Companhia, de créditos fiscais de FINSOCIAL, no valor histórico de R\$ 55.000, tendo como base a autorização contida no artigo 169 do Código Tributário Nacional - CTN.

Com o encerramento da discussão acerca dos créditos fiscais de FINSOCIAL na via administrativa, de forma desfavorável à Companhia, o débito de IRPJ, relativo ao 2º trimestre de 2002, objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, o qual seria quitado por meio de compensação com os créditos objeto do pedido de restituição, teve sua exigibilidade reativada.

Diante deste cenário, para que o crédito pleiteado pelo IRB Re e, por conseguinte, aquele o débito objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, foi ajuizada a referida medida judicial em face da decisão administrativa que denegou a restituição pleiteada pela Companhia. Vale ressaltar que para suspender a exigibilidade da cobrança em referência, foi integralmente depositado o valor do referido débito, o qual atualizado, perfaz o valor de R\$ 87.751 em dezembro de 2023.

Em 14 de maio de 2023, houve julgamento do processo em referência com prolação de sentença favorável aos interesses da Companhia.

Em 14 de maio de 2023, a União Federal interps o Agravo de Instrumento nº 5017147-24.2021.4.02.0000, com o objetivo de reverter o resultado do julgamento. Após contrarrazões apresentadas pelo IRB Re, foi realizado, em 14 de setembro de 2023, novo pedido de substituição do depósito judicial por seguro garantia. Em 27 de setembro de 2023 foi ajuizada a decisão favorável ao IRB Re, deferindo a substituição do valor integral do referido depósito judicial pela aplicação do seguro garantia, retornando os referidos recursos ao caixa da Companhia.

O Jurídico da Companhia e o escritório externo que patrocina a referida ação estimam como possíveis as chances de perda no âmbito da referida medida judicial, tendo em vista o entendimento de que não restituições pleiteadas anteriormente em vigência da Lei Complementar nº 118/2005, que é o caso do pedido em questão, deve ser aplicado o prazo decadencial dos 10 anos (Tese dos 5 + 5).

**20.3.3 - Processo Administrativo Fiscal - Créditos de PIS e COFINS (Alargamento de Base)**  
Trata-se de Declaração de Compensação ("DCOMP") de crédito original de R\$ 437.783 (COFINS) e de R\$ 77.876 (PIS), sendo R\$ 81.998 (R\$ 76.507 em 31 de dezembro de 2022) ainda a compensar, decorrente de decisão judicial transitada em julgado em 29.10.2013 nos autos da Ação Ordinária nº 0010496-12.2006.4.02.5101, a qual teve por objetivo a declaração de inexistência de relação jurídica que obrigasse o recolhimento de Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), na forma prevista no art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98 (Alargamento de Base de Cálculo).

Em junho de 2019, foi publicado acórdão que decidiu pela diligência para apuração de documentação acerca do referido pedido de crédito. Em setembro de 2020, o processo foi remetido ao setor de Triagem da Delegacia de Maiores Contribuintes (DEMAC).

Atualmente, entendemos que são possíveis as chances de êxito quanto à procedência do referido crédito, tendo em vista a decisão judicial favorável à Companhia já transitada em julgado.

**20.3.4 Ação Anulatória nº 0002281-76.2008.4.02.5101 - Créditos Fiscais de PIS/PASEP:**  
Trata-se de Ação Anulatória da decisão administrativa definitiva proferida nos autos do PAF nº 10768.011679/2001-33, ajuizada em 22 de fevereiro de 2008, na parte em que denegou o pedido de restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de Contribuição para o PIS, com base nos Decretos-Leis nºs 445/88 e 2.449/88, no período de outubro/1991 a dezembro/1995, com o consequente reconhecimento do direito de crédito do IRB Re em decorrência dos recolhimentos indevidamente efetuados.

Foi publicado em 04 de setembro de 2020, o acórdão, por meio do qual a 2ª Turma do STJ, por unanimidade, deu provimento ao agravo interno do IRB Re, para conhecer e prover o seu recurso especial, visando afastar a prescrição dos 10 anos anteriores ao protocolo do pedido administrativo, garantindo a restituição à Companhia dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS/PASEP por todo período acima referendado.

Ocorre que o referido acórdão transitou em julgado, em 29 de outubro de 2020, e após os autos serem retornados à origem, foi disponibilizada decisão certificada o trânsito em julgado, permitindo que o IRB Re se manifestasse a respeito da execução do julgado.

Em 30 de outubro de 2020, os autos foram remetidos ao STF em grau de recurso, sendo autuados sob o nº ARE 1297479. Considerando que houve equívoco na remessa dos autos ao STF, foi determinada a baixa à origem. Em 13 de janeiro de 2021, os autos recebidos na 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Em 09 de abril de 2021, foi apresentada execução do julgado pelo IRB Re, pleiteando o valor de aproximadamente R\$ 326.392.

Em 13 de agosto de 2021, a União Federal apresentou Impugnação, indicando o valor do indébito de R\$ 215.788 que entende por devido, atualizado até março/2021. Em relação a este indébito de R\$ 215.788, correspondente à diferença entre o valor reconhecido em decisão administrativa e o montante requerido pelo IRB Re, a União Federal alegou excesso de execução, sem, entretanto, apresentar quaisquer cálculos que embasassem a sua manifestação.

Já em 14 de novembro de 2021, em que pese manifestações anteriores, a União Federal juntou cálculos confirmando a impugnação parcial da execução de julgado apresentada pelo IRB Re apenas no que tange à parte do montante do indébito tributário, reconhecendo expressamente como devido à Companhia o valor de R\$ 261.034, também atualizado até março/2021.

Em 24 de fevereiro de 2022, foi proferida decisão verificando "que se operou a preclusão com relação a eventual impedimento da restituição do PIS/PASEP recolhido neste período, pois não foi suscitado no momento oportuno".

Em 01 de abril de 2022, o Contador Judicial apresentou novos cálculos, desta vez reconhecendo como devido ao IRB Re o valor de R\$ 266.433, atualizado até março de 2021.

Em 06 de outubro de 2022, a Contadoria Judicial apresentou nova manifestação, retificando os seus cálculos anteriores para indicar um novo valor incontroverso no montante de R\$ 278.482, atualizado para março/2021.

Em 13 de outubro de 2022, a Primeira Turma Especializada do TRF2 decidiu, por unanimidade, dar provimento ao Agravo de Instrumento nº 5017147-24.2021.4.02.0000, deferindo o direito da Companhia à expedição do precatório com relação ao valor incontroverso dos referidos créditos fiscais.

Em dezembro de 2022, foi proferida decisão reconhecendo a concordância das partes e determinando o prosseguimento das providências para expedição do precatório, em favor da Companhia, no valor incontroverso de aproximadamente R\$ 261.000 (atualizado para março/2021), o qual foi expedido em 17 de janeiro de 2023.

Em 23 de fevereiro de 2023, a Companhia apresentou pedido de expedição de novo precatório em detrimento do saldo remanescente do valor incontroverso, no montante aproximado de R\$ 20.000. Deste pedido, a União Federal foi intimada a se manifestar tanto sobre esta solicitação, bem como acerca da manifestação da Companhia sobre os novos cálculos apresentados pela Contadoria.

Assim, a Fazenda se manifestou, em 30 de maio de 2023, requerendo o bloqueio do precatório já expedido, o indeferimento do pedido da expedição de novo precatório do saldo remanescente e, por fim, a concessão de dilação de prazo para que possa realizar diligências administrativas a fim de confirmar o valor dos recolhimentos realizados pela Companhia.

Diante, foi proferida decisão indeferindo o bloqueio requerido pela União Federal e a intimando a acostar nos autos a documentação que alegou necessária para a confirmação do recolhimento dos DARFs. Além disso, foi deferida ainda a realização de perícia contábil, tendo, para tanto, intimado as partes a apresentarem quesitos e assistente técnico.

Em 07 de julho de 2023, foi apresentada petição com quesitos e indicação de assistente técnico pela Companhia.

Diante do acima exposto, o Jurídico da Companhia e os consultores externos avaliam como praticamente certo as chances de êxito do IRB Re em relação ao reconhecimento do valor integral dos créditos fiscais de PIS apresentados pela Companhia na fase de execução, os quais, atualizados até dezembro de 2023, somam o montante de R\$ 326.392 (R\$ 65.067 de valor principal e R\$ 261.326 de atualização). Com base no andamento da ação judicial descrita acima e, considerando que o recebimento dos referidos créditos fiscais pela Companhia será realizado por meio da expedição de precatório, o montante encontra-se devidamente reconhecido na rubrica títulos e créditos a receber.

**20.3.5 Ação Declaratória nº 0031383-94.2018.4.02.5101 - Multa de Moradia:**  
Trata-se de Ação Declaratória de recuperação de valores indevidamente recolhidos a título de multa de mora sobre pagamentos de débitos de IRPJ, IRRF, CSLL, Contribuição de PIS e COFINS, relativos ao período compreendido de setembro de 1994 a junho de 2001, cujos pagamentos ocorreram em julho de 1997 a maio de 2002, em razão da caracterização da denúncia espontânea, prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional - CTN, e, por consequência, a anulação da decisão administrativa definitiva nos autos do Processo Administrativo nº 10768.014957/2002-95, a qual negou ao IRB Re a restituição em questão. Em sede sentencial, foi proferida decisão em favor da Companhia, da qual a União Federal decidiu por não recorrer, tendo em vista se tratar de tema cujo entendimento já se encontra pacificado nos Tribunais Superiores. Em 01 de fevereiro de 2022, foi certificada a ciência com renúncia expressa de prazo pelo ente federativo, não tendo ocorrido interposição de qualquer recurso, de modo que os autos foram encaminhados ao Tribunal competente para apreciação apenas da remessa necessária. Em 22 de março de 2023, foi negado provimento à remessa necessária, para manter a sentença favorável ao IRB Re. Na sequência, a União Federal opôs embargos de declaração, em 04 de abril de 2023, apenas no que se refere à condenação em honorários, o que foi devidamente contrarrazado pela Companhia, porém, foram acolhidos. Atualmente aguarda-se a decisão sobre os Embargos de Declaração opostos pela Companhia, bem como quanto ao pedido da Companhia pelo trânsito parcial da ação.

A Companhia e os consultores externos avaliam como, praticamente certo, o direito do IRB Re em relação ao reconhecimento do crédito fiscal no montante de R\$ 118.714 (R\$ 31.425 de valor principal e R\$ 87.290 de atualização), atualizado até dezembro de 2023. Com base no andamento da ação judicial descrita acima e considerando que a Companhia pleiteará o recebimento dos referidos créditos por meio de expedição de precatório, o montante encontra-se devidamente reconhecido na rubrica títulos e créditos a receber.

**20.3.6 - Mandado de Segurança nº 5031965-50.2022.4.03.6100 - PIS/COFINS sobre Receitas Financeiras dos Ativos Garantidores:**  
Trata-se de Mandado de Segurança (MS) interposto pelo IRB Re em face da União, em 08 de dezembro de 2022, para que seja assegurado o direito líquido e certo da Companhia de não ser compelida a recolher as contribuições do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes dos ativos garantidores, bem como das variações ou oscilações cambiais relacionadas às operações de seguro, cobertura, resseguro, e retrocessão, bem como de ter reconhecido o direito à pleitear a restituição e/ou compensação dos valores indevidamente recolhidos no quinquênio anterior à impetração e no transcorrer do referido MS, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/1996.

Em 18 de abril de 2023, a Companhia interps o Agravo de Instrumento nº 5010269-85.2023.4.03.0000 em face da decisão que indeferiu o pedido liminar. Em 08 de maio de 2023, foram apresentadas contrarrazões pela União. Atualmente, aguarda-se análise do pedido do IRB Re de atribuição de efeito suspensivo e/ou antecipação da tutela recursal.

Em 15 de setembro de 2023, foi publicado o julgamento do Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de RE 400479 Agr-ED/RJ (AXA Seguros Brasil S.A. x União Federal), concluindo pela não incidência de PIS/COFINS sobre as receitas financeiras de ativos garantidores, considerando que não integra o conceito de faturamento às receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras de reservas técnicas. Em 10 de outubro de 2023, o Acórdão transitou em julgado. Diante da referida decisão favorável proferida pelo STF, a Companhia reforçará o pedido de restituição dos valores indevidamente recolhidos nos anos anteriores à impetração do referido MS.

Com base no exposto, o Jurídico da Companhia, bem como os consultores jurídicos externos que patrocinam o referido MS, estimam a probabilidade de perda classificada como "possível".

**20.4 Ações Trabalhistas/Cíveis**  
A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de carga e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial, pagamento de complementação de aposentadoria, pagamento de horas extras com reflexos em outras verbas trabalhistas, e de pedido de reconhecimento de nulidade da dispensa e consequentemente reintegração do empregado à Companhia. Há também reclamações trabalhistas movidas por prestadores de serviços, pretendendo a responsabilidade subsidiária do IRB Re pelo adimplemento de verbas trabalhistas ou o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia, em razão da condição deste na qualidade de tomador do serviço.

Cumpra ressaltar, adicionalmente, que a Companhia é parte em cinco procedimentos arbitrais e seis ações cíveis movidas por acionistas minoritários, visando à responsabilização da Companhia e ao consequente ressarcimento pelos alegados prejuízos sofridos em razão da desvalorização das ações da Companhia, após os eventos ocorridos no primeiro trimestre de 2020.

Resalta-se que os valores envolvidos nos referidos procedimentos arbitrais não são passíveis de liquidação nas atuais fases em que se encontram. O Jurídico da Companhia, bem como os consultores jurídicos externos, estimam o valor atualizado dos processos judiciais trabalhistas e cíveis, classificados como perda provável, em R\$ 57.479. As causas trabalhistas e cíveis, classificadas como perdas possíveis, totalizam R\$ 194.562, sendo R\$ 35.692 cíveis e R\$ 158.870 trabalhistas.

**20.4.1 Ação Civil Pública SINTRES**  
Trata-se de duas ações civis públicas, propostas pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros - SINTRES e pela Federação Nacional dos Seguritários - FENESPIC, contra a Companhia, sob o fundamento de que foram promovidos, no Plano de Saúde da Companhia, supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados do IRB (Re). Pretendem, na primeira ação, o restabelecimento do Plano de Saúde anterior, na modalidade de autogestão, com a manutenção de todos os benefícios previstos anteriormente, além de danos morais individuais e coletivos. Na segunda ação, pretendem o autores que seja restabelecido o modo de custo anterior, o reembolso dos valores pagos em patamares superiores aos previstos antes da alteração praticada em junho de 2016, além de danos morais individuais e coletivos.

Atualmente, aguarda-se o julgamento dos agravos de instrumento nos recursos de revista interpostos pela Companhia nos Processos nº 0010694-57.2014.5.01.0075 e nº 0100808-56.2018.5.01.0025.

O Jurídico da Companhia, bem como os consultores jurídicos externos, estima que o valor em risco na primeira ação é de R\$ 34.839 e na segunda R\$ 554, sendo a probabilidade de perda de ambas as ações classificada como "possível".

**20.4.2 Ação Civil Pública - IBRACI**  
Em função da notícia veiculada na mídia em 13 de outubro de 2022, informando acerca da existência de uma Ação Civil Pública ("ACP") movida pelo Instituto Brasileiro de Cidadania - IBRACI, em curso na 6ª Vara Empresarial do Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado em 17 de outubro de 2022, por solicitação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3, esclarecendo que, até aquela data, não tinha recebido intimação ou citação acerca da referida ACP, tendo tido conhecimento apenas pela imprensa.

Não obstante não ter recebido intimação ou citação acerca da referida ACP, a Companhia, em 31 de dezembro de 2023, optou, de forma voluntária, ingressar nos autos da ACP, através do protocolo de sua defesa. A referida ACP tem como objeto irregularidades quanto à informação ao mercado sobre a composição da base acionária da Companhia e à apresentação de demonstrações contábeis incorretas, com alegação de que teria induzido acionistas e investidores ao erro. A Companhia está sendo representada por escritório externo especializado, contratado para defesa de seus interesses, o qual avaliou a probabilidade de perda da referida ação como possível, tendo em vista que a tese defendida pelo IBRACI é semelhante àquela discutida em outros processos judiciais e procedimentos arbitrais envolvendo a Companhia, já julgados em seu favor.

Em 20 de julho de 2023, foi proferida decisão determinando que o IBRACI apresentasse termo de autorização individual de seus associados sob pena de extinção do processo.

Na sequência, o IBRACI opôs embargos de declaração, demandando a alteração da decisão anterior para que seja reconhecida a natureza ampla da referida ACP. Atualmente, aguarda-se decisão do Juízo quanto ao recurso do IBRACI.

**20.4.3 Ação Civil Pública - IPGE**  
Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo - IPGE, contra: (i) o IRB Re; (ii) a PwC; (iii) as instituições financeiras com poder de controle à época dos eventos narrados; (iv) ex-administradores; (v) ex-membros do Conselho de Administração de 2019; e (vi) ex-membros do Conselho Fiscal que atuavam na Companhia entre os anos de 2018 e 2020. A ação foi autuada sob o nº 0811417-06.2023.8.19.0001 e distribuída à 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. O objeto da ação consiste em suposta fraude e práticas ilícitas cometidas durante o desenvolvimento da Companhia, já julgados em seu favor.

Em 25 de novembro de 2021, a CVM concluiu o referido Inquérito e instaurou o Processo Administrativo Sancionador nº 19957.993611/2020-91, no qual foram acusados os seguintes Ex-Diretores Estatutários do IRB(Re): (i) o Ex-Diretor Presidente ("Ex-CEO") por falha no dever de diligência ao divulgar informação falsa ao mercado, sem tomar os devidos cuidados para verificar a veracidade da informação, bem como (ii) o Ex-Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores ("Ex-CFO") pela prática de manipulação de preços no mercado de valores mobiliários. Em seguida, os acusados apresentaram suas defesas e, atualmente, foram intimados para se manifestarem sobre as provas documentais juntadas ao Inquérito; e (iii) Inquérito Administrativo CVM nº 19957.003612/2020-55: Inquérito Administrativo instaurado para apurar eventuais irregularidades relacionadas à divulgação de informações por parte da Companhia e de seus administradores. O referido Inquérito teve origem nos Processos CVM nº 19957.01072/2019-20, nº 19957.001517/2020-05 e nº 19957.000767/2020-10 instaurados para apurar as suspeitas levantadas pela empresa Squard Investimentos - Gestão de Recursos Ltda. ("Squard") acerca da conformidade das demonstrações contábeis da Companhia às normas contábeis e regulatórias vigentes.

Em 02 de junho de 2023, concluiu-se pela responsabilidade dos Ex-Diretores Estatutários (Ex-CEO e Ex-CFO) do IRB(Re) em razão de infrações à Lei das S.A. e às Instruções normativas da CVM, no que tange especificamente às seguintes temas: (i) disseminação seletiva de informações a investidores e jornalistas antes de sua divulgação ampla ao mercado; (ii) irregularidades no programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado em 19 de fevereiro de 2020; e (c) pagamento e recebimento de bônus irregulares. Em novembro de 2023, os acusados apresentaram suas defesas. Em relação especificamente às fraudes nas demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social de 2019, o referido Inquérito Administrativo permanece em fase instrutória e não de acusação.

**21. Patrimônio líquido**  
**21.1 Capital**  
Em 01 de setembro de 2022, o Conselho de Administração homologou o Aumento de Capital Privado no valor de R\$ 1.200.000, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 1.200.000 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os gastos com emissão de ações, líquido de impostos, totalizaram R\$ 33.283 e foram registrados em conta retificadora do grupo Capital Social.

Valor resclassificado para o patrimônio líquido em 22 de dezembro de 2022 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações do IRB Re, na proporção de 30 ações convertidas em 1 ação.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui 81.838.243 ações (81.867.358 ações em 31 de dezembro de 2022). O saldo de ações em 31 de dezembro de 2022 antes do grupamento era de 2.456.020.731 ações.

A SUSEP, por meio da Portaria CGRAU/SUSEP nº 1.485 de 20 de junho de 2023, aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 1.200.000, elevando-o de R\$ 5.453.080.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composto da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Quantidade de ações.....	81.838.243	81.867.358
Capital social.....	5.453.080	5.453.080
Custos de emissão de ações.....	(73.891)	(73.891)
<b>Total.....</b>	<b>5.379.189</b>	<b>5.379.189</b>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a participação acionária do IRB Re está composta da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>Acionista</b> .....	<b>ON</b>	<b>% participação do capital em circulação</b>
Bradesco Seguros S.A.....	13.038.513	15,9%
Itaú Seguros S.A.....	9.514.040	11,6%
BlackRock Inc.....	4.125.710	5,0%
Outros (*).....	55.159.980	67,5%
	<b>81.838.243</b>	<b>100,0%</b>

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022
<b>Acionista</b> .....	<b>ON</b>	<b>% participação do capital em circulação</b>
Bradesco Seguros S.A.....	13.039.905	15,9%
Itaú Seguros S.A.....	9.514.041	11,6%
BlackRock Inc.....	4.125.710	5,0%
Outros (*).....	55.187.702	67,5%
	<b>81.867.358</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Participações acionárias inferiores a 5%.

**21.2 Ações em tesouraria**  
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2022 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações do IRB Re, na proporção de 30 ações convertidas em 1 ação.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui 420.125 (12.603.800 em 31 de dezembro de 2022 antes do grupamento) ações em tesouraria, que representam um total de R\$ 283.760 (R\$ 283.760 em 31 de dezembro de 2022).

**21.3 Ajuste de avaliação patrimonial**  
A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
--	----------------------------	--

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2023		
	Demais grupos de contratos		
	Pais	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis.....	1.853.930	716.095	2.570.025
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado.....	22.660	6.220	28.880
- CSM reconhecida no resultado para serviços prestados.....	1.842.664	307.154	2.149.818
- Outros.....	304	-	304
- Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro.....	40.887	33.521	74.408
<b>Total de receitas com resseguros.....</b>	<b>3.760.141</b>	<b>1.062.990</b>	<b>4.823.131</b>
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis.....	(1.253.867)	(889.345)	(2.143.212)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros ocorridos.....	(534.786)	(318.369)	(853.155)
Reversão de perdas (perdas) em contratos onerosos.....	(34.041)	950	(33.091)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro.....	(40.887)	(33.521)	(74.408)
<b>Total das despesas com prestação de serviços de resseguro.....</b>	<b>(1.863.581)</b>	<b>(1.240.285)</b>	<b>(3.103.866)</b>
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis.....	(712.717)	(107.302)	(820.019)
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado.....	(825)	(127)	(952)
- CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos.....	(1.387.641)	(173.120)	(1.560.761)
- Recuperação de sinistros ocorridos.....	693.264	121.026	814.290
- Outros.....	304	117	421
<b>Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão.....</b>	<b>(1.407.615)</b>	<b>(159.406)</b>	<b>(1.567.021)</b>
<b>Resultado da prestação de serviços de resseguro.....</b>	<b>488.945</b>	<b>(336.701)</b>	<b>152.244</b>

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2022		
	Grupos de contratos na data de transição		
	Pais	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis.....	1.508.328	811.745	2.320.071
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado.....	21.931	17.579	39.510
- CSM reconhecida no resultado para serviços prestados.....	1.574.089	744.374	2.318.463
- Outros.....	(10)	(153)	(163)
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro.....	41.602	28.310	69.912
<b>Total de receitas com resseguros.....</b>	<b>3.145.940</b>	<b>1.601.853</b>	<b>4.747.793</b>
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis.....	(1.347.019)	(670.182)	(2.017.201)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros ocorridos.....	(2.128.142)	(1.140.964)	(3.269.106)
Reversão de perdas (perdas) em contratos onerosos.....	(45.219)	(60.957)	(106.176)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro.....	(41.602)	(28.310)	(69.912)
<b>Total das despesas com prestação de serviços de resseguro.....</b>	<b>(3.561.982)</b>	<b>(1.900.413)</b>	<b>(5.462.395)</b>
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis.....	(439.083)	(5.599)	(444.682)
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado.....	(4.925)	(82)	(5.007)
- CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos.....	(694.055)	(159.438)	(853.493)
- Recuperação de sinistros ocorridos.....	725.277	111.892	837.169
- Outros.....	6.868	5.697	12.565
<b>Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão.....</b>	<b>(405.918)</b>	<b>(47.530)</b>	<b>(453.448)</b>
<b>Resultado da prestação de serviços de resseguro.....</b>	<b>(821.960)</b>	<b>(346.090)</b>	<b>(1.168.050)</b>

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2022		
	Grupos de contratos na data de transição		
	Pais	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis.....	975.588	532.326	1.507.914
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado.....	10.439	6.794	17.233
- CSM reconhecida no resultado para serviços prestados.....	618.260	115.850	734.110
- Outros.....	-	-	-
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro.....	16.988	15.784	32.772
<b>Total de receitas com resseguros.....</b>	<b>1.621.275</b>	<b>670.754</b>	<b>2.292.029</b>
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis.....	(933.573)	(642.510)	(1.576.083)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros ocorridos.....	(8.956)	(22.205)	(31.161)
Reversão de perdas (perdas) em contratos onerosos.....	(16.888)	(15.784)	(32.772)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro.....	(959.517)	(680.499)	(1.640.016)
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis.....	(294.958)	(504.145)	(799.103)
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado.....	(2.906)	(3.425)	(6.331)
- CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos.....	(556.692)	(129.480)	(686.172)
- Recuperação de sinistros ocorridos.....	299.182	335.871	635.053
- Outros.....	-	-	-
<b>Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão.....</b>	<b>(536.374)</b>	<b>(301.179)</b>	<b>(837.553)</b>
<b>Resultado da prestação de serviços de resseguro.....</b>	<b>125.384</b>	<b>(310.924)</b>	<b>(185.540)</b>

**22.2 Receitas e despesas financeiras dos investimentos e outros resultados financeiros**

	Controladora	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>Receita de juros calculada por meio do método de juros efetivos</b>		
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado.....	63.556	-
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente.....	475.123	363.723
<b>538.679</b>	<b>363.723</b>	
<b>Variação líquida no Valor Justo dos ativos financeiros</b>		
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado.....	43.305	138.886
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente.....	150.422	(142.900)
<b>193.727</b>	<b>(4.014)</b>	
<b>Ganhos líquidos no desreconhecimento de ativos financeiros</b>		
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente.....	(44.373)	-
<b>(44.373)</b>		
<b>Variações cambiais</b>		
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado.....	(41.513)	(122.966)
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente.....	(184.053)	(95.113)
<b>(225.566)</b>	<b>(218.079)</b>	
<b>Perdas com redução ao valor recuperável dos ativos financeiros</b>		
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado.....	(12.287)	-
Perdas Esperadas de Créditos para Instrumentos financeiros mensurados a VJORA.....	1.982	-
<b>(10.305)</b>	<b>(55.746)</b>	
<b>Outros resultados financeiros reconhecidos no resultado do exercício</b>		
<b>Resultado financeiro</b>		
Reconhecido no resultado do exercício.....	301.740	284.530
Reconhecido no resultado abrangente do exercício.....	148.440	(142.900)
<b>450.180</b>	<b>141.630</b>	

**22.3 Receitas e despesas financeiras de resseguros e retrocessão**

	Controladora		
	31 de dezembro de 2023		
	Consolidado		
	Pais	Exterior	Total
<b>Receita de juros calculada por meio do método de juros efetivos</b>			
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado.....	67.609	-	67.609
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente.....	531.966	394.064	926.030
<b>599.575</b>	<b>394.064</b>		
<b>Variação líquida no Valor Justo dos ativos financeiros</b>			
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado.....	43.280	164.833	208.113
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente.....	150.422	(142.900)	7.522
<b>193.702</b>	<b>21.933</b>		
<b>Ganhos líquidos no desreconhecimento de ativos financeiros</b>			
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente.....	(44.373)	-	(44.373)
<b>(44.373)</b>			
<b>Variações cambiais</b>			
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado.....	(41.513)	(122.966)	(164.479)
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente.....	(184.053)	(95.113)	(279.166)
<b>(225.566)</b>	<b>(218.079)</b>		
<b>Perdas com redução ao valor recuperável dos ativos financeiros</b>			
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado.....	(12,287)	-	(12,287)
Perdas Esperadas de Créditos para Instrumentos financeiros mensurados a VJORA.....	1,982	-	1,982
<b>(10,305)</b>	<b>(55,746)</b>		
<b>Outros resultados financeiros reconhecidos no resultado do exercício</b>			
<b>Resultado financeiro</b>			
Reconhecido no resultado do exercício.....	301,740	284,530	586,270
Reconhecido no resultado abrangente do exercício.....	148,440	(142,900)	5,540
<b>450,180</b>	<b>141,630</b>		

**22.4 Resultado patrimonial**

	Controladora		
	31 de dezembro de 2023		
	Consolidado		
	Pais	Exterior	Total
Receitas operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento.....	-	84.271	84.271
Ajustes de investimentos em controladas (equivalência patrimonial) - IRB Asset Management.....	41.825	40.738	82.563
Ajustes de investimentos em controladas (equivalência patrimonial) - IRB Chile, IRB Uso, IRB Renda e IRB Santos Dumont.....	30	2.570	2.600
Reversão (constituição) de provisão de Incentivos Fiscais.....	24	(60)	(36)
Impairment B31.....	-	(15.879)	(15.879)
Outras despesas patrimoniais.....	(53)	(4.280)	(4.333)
<b>41.826</b>	<b>107.360</b>	<b>614</b>	<b>65.169</b>

**22.5 Imposto de renda e contribuição social**

**(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social**

	Controladora			
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	Lucro (prejuízo) antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	132.075	132.075	(1.187.503)
Efeitos (CPC 48/IFRS 9).....	(25.152)	(25.152)	-	-
Efeitos (CPC 50/IFRS 17).....	(371.650)	(371.650)	349.336	349.336
<b>Prejuízo antes da provisão para IRPJ/CSLL ajustado.....</b>	<b>(264.729)</b>	<b>(264.729)</b>	<b>(838.167)</b>	<b>(838.167)</b>
Alíquotas nominais vigentes.....	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	66.182	39.709	209.542	125.725
Adições e exclusões permanentes.....	21.548	13.437	50.123	32.038
Incentivos fiscais.....	1.166	(123)	(58)	(55)
Participações societária/Sucursais.....	22.034	13.220	11.204	6.722
Benefício pós emprego.....	-	-	7.366	4.420
Outros ajustes.....	(240)	(158)	(568)	(221)
Despesas com Administração (II).....	(2.239)	-	(3.275)	-
Atualização Selic de Créditos Fiscais do PIS/PASEP (I).....	2.040	1.224	11.122	6.673
Atualização Selic de Créditos Fiscais do IRPJ e da CSLL (I).....	4.849	2.910	25.142	15.085
Arrendamentos.....	289	174	-	-
Acordos Extrajudiciais.....	(6.351)	(3.810)	-	(606)
<b>IR e CS na demonstração do resultado.....</b>	<b>87.730</b>	<b>53.146</b>	<b>259.665</b>	<b>157.763</b>
Correntes.....	(21.624)	(12.870)	-	-
Diferidos.....	109.354	66.016	259.665	157.763
Alíquota Efetiva.....	-66,4%	-40,2%	21,9%	13,3%

**(b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social**

	Controladora			
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	Lucro (prejuízo) antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	139.124	139.124	(1.180.761)
Efeitos (CPC 48/IFRS 9).....	(25.152)	(25.152)	-	-
Efeitos (CPC 50/IFRS 17).....	(371.650)	(371.650)	349.336	349.336
<b>Prejuízo antes da provisão para IRPJ/CSLL ajustado.....</b>	<b>(257.678)</b>	<b>(257.678)</b>	<b>(831.425)</b>	<b>(831.425)</b>
Alíquotas nominais vigentes.....	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	53.889	35.283	197.029	121.221
Adições e exclusões permanentes.....	28.670	15.982	57.700	34.736
Incentivos fiscais.....	1.165	(123)	(58)	(55)
Participações societária/Sucursais.....	22.034	13.220	11.204	6.722
Provisão para perda (benefício pós emprego - plano pré 68).....	-	-	7.366	4.420
Outros ajustes.....	6.883	2.387	7.209	2.476
Despesas com Administração (II).....	-	-	(3.275)	-
Atualização Recuperação PIS (Precatório) (I).....	(2.239)	-	-	-
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários (I).....	2.040	1.224	36.264	21.759
Arrendamento - IFRS 16.....	4.849	2.910	-	-
Desvalorização de debêntures (externo).....	289	174	(1.010)	(606)
Acordos extrajudiciais.....	(6.351)	(3.810)	-	-
<b>IR e CS na demonstração do resultado.....</b>	<b>82.559</b>	<b>51.265</b>	<b>254.729</b>	<b>155.957</b>
Correntes.....	(26.795)	(14.750)	(4.935)	(1.807)
Diferidos.....	109.354	66.015	259.664	157.764
Alíquota Efetiva.....	-59,3%	-36,8%	21,9%	13,3%

**(c) O Supremo Tribunal Federal (STF), em 24 de setembro de 2021, em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a atualização da Selic, incidentes sobre os débitos tributários.**

# Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

Neste contexto, em 13 de outubro de 2021, foi proferida decisão judicial, no mandado de segurança em que a Companhia discute a referida matéria, no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente da inclusão dos juros de mora (Selic) recebidos no levantamento de créditos decorrentes de indébito tributário, mediante restituição ou compensação, na apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Sendo assim, lastreada nas decisões judiciais em referência, a Companhia reconheceu nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 uma receita de IRPJ e CSLL em relação aos débitos tributários no montante de R\$11.023 (R\$ 58.022 em 31/12/2022), conforme ICP22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), sendo esse valor registrado em créditos tributários e previdenciários, apresentados no ativo não circulante.

(ii) Valores referentes a despesa de prêmios e incentivos destinados a diretoria. Conforme IN RFB nº 1700 de 14 de março de 2017 estes valores são indedutíveis na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

**(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos**

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Adições	Baixas	2023	Resultado	Resultados abrangentes
<b>Ativo fiscal diferido</b>						
Provisões trabalhistas.....	162.576	-	(3.173)	159.403	(3.173)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	18.853	3.614	-	22.467	3.614	-
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias.....	6.913	488	-	7.401	488	-
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	156.163	-	(51.964)	104.199	(51.964)	(51.964)

continuação

Cabe destacar que estes benefícios são oriundos do universo jurídico regimental da Companhia, anterior a Lei nº 6435, de 15 de julho de 1977, que instituiu o regime da previdência complementar e, portanto, o Regulamento do Plano Previdencial A considera este contingente específico de antigos participantes, cujos benefícios são custeados integralmente pela Companhia.

Neste sentido, os resultados do Plano Prê-68 poderiam compor os resultados do Plano A, contudo, serão apresentados nesta Nota de forma discriminada para destacar, de forma mais clara, os montantes sob responsabilidade da Companhia.

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios superacionados, que abrangem 148 integrantes, em 31 de dezembro de 2023 (164 em 31 de dezembro de 2022), sendo 141 aposentados com idade média de 87,77 anos em 31 de dezembro de 2022) e 7 pensionistas com idade média de 87,99 anos (86,5 anos em 31 de dezembro de 2022).

O montante de benefícios pagos pela Companhia aos participantes/beneficiários no exercício, de acordo com as regras desse plano, foi de R\$ 19.628 (R\$ 18.487 em 31 de dezembro de 2022).

Nessa avaliação atuarial, o saldo provisionado foi de R\$ 116.329 (R\$ 110.942 em 31 de dezembro de 2022), em linha com as práticas contábeis aplicadas para a Companhia.

Cabe esclarecer que o valor do contrato de dívida firmado entre o IRB Re e a PREVIRB, em dezembro de 2015, para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Prê-68, foi atualizado, atingindo o montante de R\$ 122.620 (R\$ 134.274 em 31 de dezembro de 2022). O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente da obrigação de benefício definido.....	(116.329)	(110.942)
<b>Situação financeira.....</b>	<b>(116.329)</b>	<b>(110.942)</b>
Restrição do déficit contratado.....	(6.291)	(23.332)
<b>Valor líquido de passivo de benefício definido.....</b>	<b>(122.620)</b>	<b>(134.274)</b>

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do plano de benefício definido no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano.....	110.942	113.361
Custo dos juros.....	11.521	10.361
(Ganho)/Perda atuarial.....	13.494	5.707
Benefícios pagos.....	(19.628)	(18.487)
<b>Valor presente das obrigações atuariais.....</b>	<b>116.329</b>	<b>110.942</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contribuições do empregador.....	19.628	18.487
Benefícios pagos.....	(19.628)	(18.487)
<b>Valor justo final dos ativos do plano.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Assistência médica e odontológica**

A movimentação no valor presente da obrigação do Plano Médico no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano.....	270.512	319.604
Custo dos serviços correntes.....	432	457
Custo dos juros.....	28.514	29.165
Ganho atuarial.....	7.208	(48.185)
Benefícios pagos.....	(32.895)	(30.529)
<b>Valor presente das obrigações atuariais.....</b>	<b>273.771</b>	<b>270.512</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Médico no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contribuições do empregador.....	29.197	27.213
Contribuições dos participantes do plano.....	3.698	3.316
Benefícios pagos.....	(32.895)	(30.529)
<b>Valor justo final dos ativos do plano.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(273.771)	(270.512)
<b>Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos.....</b>	<b>(273.771)</b>	<b>(270.512)</b>

**Auxílio Funeral**

A movimentação no valor presente da obrigação do Auxílio Funeral no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano.....	1.311	1.606
Custo dos juros.....	142	154
Ganho atuarial.....	305	(427)
Benefícios pagos.....	(1.744)	(22)
<b>Valor presente das obrigações atuariais.....</b>	<b>1.744</b>	<b>1.311</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contribuições do empregador.....	14	22
Benefícios pagos.....	(14)	(22)
<b>Valor justo final dos ativos do plano.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(1.744)	(1.311)
<b>Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos.....</b>	<b>(1.744)</b>	<b>(1.311)</b>

**Seguro de vida em grupo**

A movimentação no valor presente da obrigação do Seguro de vida no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano.....	168	1.150
Custo dos juros.....	18	108
Ganho atuarial.....	(172)	(1.097)
Benefícios pagos.....	183	7
<b>Valor presente das obrigações atuariais.....</b>	<b>197</b>	<b>168</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de vida no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contribuições do empregador.....	(183)	(7)
Benefícios pagos.....	183	7
<b>Valor justo final dos ativos do plano.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(197)	(168)
<b>Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos.....</b>	<b>(197)</b>	<b>(168)</b>

**23.3 Obrigação total do IRB Re**

A seguir é apresentada a abertura da provisão relativa a benefícios pós-emprego a cargo do IRB Re entre circulante e não circulante:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>Circulante</b>		
Complementação de aposentadoria e pensões (I).....	19.125	18.299
Assistência médica e odontológica (III).....	15.733	17.376
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados (II).....	175	176
Seguro de vida em grupo (III).....	26	24
Auxílio Funeral (IV).....	117	97
<b>35.176</b>	<b>35.972</b>	
<b>Não circulante</b>		
Complementação de aposentadoria e pensões (I).....	103.495	115.975
Assistência médica e odontológica (III).....	258.038	253.136
Seguro de vida em grupo (III).....	171	144
Auxílio Funeral (IV).....	1.627	2.211
<b>363.331</b>	<b>370.469</b>	
<b>398.507</b>	<b>406.441</b>	

**(I) Benefício pós-emprego - aposentadoria**

A Companhia custeia os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

**(II) Benefício pós-emprego - assistência médica e odontológica**

Planos de autogestão com cobertura médica (ambulatorial), cirúrgica (internação), obstétrica e odontológica, além de reembolsos e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias; para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004. Os dependentes podem ser cônjuges, filhos (até 24 anos) e pais, com renda inferior a um salário-mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de setembro de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos (até 24 anos). Para aqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, o IRB Re arca com 50,0% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (Itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM (Plano de Contribuição de Assistência Médica) e os empregados e beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50,0%. Para aqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,3% a 2,0% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).

**(III) Benefício pós-emprego - seguro de vida**

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Re arca com 100,0% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB Re arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

**(IV) Benefício pós-emprego - auxílio funeral**

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R\$ 1.384,38 para funeral simples, R\$ 1.630,36 para cremação e R\$ 2.739,07 para funeral com cremação.

**23.4 Consolidação dos efeitos - Benefício pós-emprego**

Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados. Os valores reconhecidos no resultado do exercício e no patrimônio líquido - outros resultados abrangentes foram os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Custo do serviço.....	(11.521)	(10.361)
Custo dos juros.....	(28.674)	(29.427)
Contribuições pagas.....	(1.095)	(1.171)
Asset ceiling.....	46.240	34.883
Outras movimentações.....	(1)	4
<b>Total valores reconhecidos.....</b>	<b>34.719</b>	<b>24.522</b>

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Custo do serviço.....	(432)	(457)
Custo dos juros.....	(29.427)	(29.427)
Contribuições pagas.....	(1.095)	(1.171)
Asset ceiling.....	46.240	34.883
Outras movimentações.....	(1)	4
<b>Total valores reconhecidos.....</b>	<b>30.201</b>	<b>31.055</b>

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Custo do serviço.....	(432)	(457)
Custo dos juros.....	(40.195)	(39.788)
Contribuições pagas.....	(1.095)	(1.171)
Asset ceiling.....	46.240	34.883
Outras movimentações.....	(1)	4
<b>Total valores reconhecidos.....</b>	<b>4.517</b>	<b>(6.529)</b>

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
(Ganhos)/perdas atuariais.....	(189.628)	(179.226)
Efeito do teto dos ativos.....	198.526	132.846
Outras movimentações.....	17.038	(1.353)
<b>Total valores reconhecidos.....</b>	<b>25.936</b>	<b>(47.733)</b>

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
(Ganhos)/perdas atuariais.....	(189.628)	(179.226)
Efeito do teto dos ativos.....	198.526	132.846
Outras movimentações.....	17.038	(1.353)
<b>Total valores reconhecidos.....</b>	<b>25.936</b>	<b>(47.733)</b>

**23.5 Análise de sensibilidade**

A análise da Administração relacionada às premissas financeiras e atuariais críticas relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego e outros empregados é a seguinte:

		Controladora e Consolidado			
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>PLANO A</b>	<b>Taxa real</b>	-0,50%	-0,25%	+0,25%	+0,50%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%
<b>PLANO B</b>	<b>Taxa real</b>	4,75%	5,00%	5,00%	5,75%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%
<b>PRE 68</b>	<b>Taxa real</b>	4,75%	5,00%	5,00%	5,75%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%
<b>Plano de Saúde</b>	<b>Taxa real</b>	4,75%	5,00%	5,00%	5,75%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%
<b>Auxílio Funeral</b>	<b>Taxa real</b>	4,75%	5,00%	5,00%	5,75%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%
<b>Seguro de Vida</b>	<b>Taxa real</b>	4,75%	5,00%	5,00%	5,75%
	<b>Taxa nominal (*)</b>	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%

(\*) Considera inflação.

**Sensibilidade na taxa de desconto**

	cenário I	cenário II	cenário III	cenário IV
<b>PLANO A</b>				
<b>Taxa nominal (*)</b>	10,41%	10,41%	10,41%	10,41%
<b>Tábua</b>	AT-2000	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
<b>PRE 68</b>				
<b>Taxa nominal (*)</b>	10,41%	10,41%	10,41%	10,41%
<b>Tábua</b>	AT-2000	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015

	cenário I	cenário II
<b>Obrigação de benefício definido</b>	111.588	122.748
<b>Impacto com o cenário principal</b>	(4.740)	6.420
<b>Plano de Saúde</b>		
<b>Tábua</b>	10,41%	10,41%
<b>Taxa nominal (*)</b>	AT-2000	BR-EMS 2015
<b>Auxílio Funeral</b>		
<b>Tábua</b>	264.805	295.124
<b>Taxa nominal (*)</b>	(8.367)	21.351
<b>Seguro de Vida</b>		
<b>Tábua</b>	10,41%	10,41%
<b>Taxa nominal (*)</b>	AT-2000	BR-EMS 2015
<b>Impacto com o cenário principal</b>	1.796	1.663
<b>Taxa nominal (*)</b>	52	(81)
<b>Impacto com o cenário principal</b>	10,41%	10,41%
<b>Taxa nominal (*)</b>	AT-2000	BR-EMS 2015
<b>Impacto com o cenário principal</b>	(6)	11

(\*) Considera inflação.  
(\*\*) Considera composição de inflação e inflação médica.

**24. Índices regulatórios**

**24.1 Cobertura do Capital Mínimo Requerido**

A Companhia é requerida pela SUSEP, para fins de monitoramento de solvência regulatória, a manter um excesso de seu Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre as diferenças de aquisição (CMR), em conformidade com as disposições de forma regulatória. O não cumprimento desse requisito resultaria em intervenção por supervisão da SUSEP e ações de remediação projetadas para restaurar o nível mínimo de suficiência regulatória.

A Resolução CNSP nº432/2021 e suas alterações, estabelecem a metodologia para o cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, cálculo do patrimônio líquido ajustado, bem como os critérios de avaliação da suficiência regulatória.

Consideram-se, para efeitos das resoluções citadas acima, os conceitos a seguir:  
I Capital Mínimo Requerido (CMR): montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.  
II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.  
III Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.  
IV Patrimônio Líquido Ajustado (PLA): patrimônio líquido contábil ou patrimônio social contábil, conforme o caso, ajustado por adições, exclusões e limites, para apurar, na visão regulatória, os recursos disponíveis às supervisionadas para executar suas atividades diante de oscilações e situações adversas, devendo ser líquido de ativos com nível de subjetividade de valoração ou que já garantam atividades financeiras similares, e de outros ativos cuja natureza seja considerada inapropriada, na ótica do regulador, para resguardar sua capacidade de absorção de perdas. Para ajustes de qualidade de cobertura do CMR são considerados 3 níveis de PLA.

A tabela abaixo demonstra a suficiência de patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Capital de risco baseado em risco de subscrição (I).....	675.312	1.105.262
Capital de risco baseado em risco de crédito.....	576.484	589.292
Capital de risco baseado em risco operacional.....	53.606	60.750
Capital de risco baseado em risco de mercado.....	85.848	60.616
Benefício da diversificação de riscos.....	(224.635)	(246.921)
<b>Capital de risco total.....</b>	<b>1.166.615</b>	<b>1.569.199</b>
Capital base.....	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (II).....	1.166.615	1.569.199
Patrimônio líquido ajustado (III).....	1.700.548	1.587.324
<b>Suficiência de patrimônio líquido ajustado.....</b>	<b>533.933</b>	<b>18.125</b>

(I) A queda do capital de risco de subscrição se deve, principalmente, a redução do volume de sinistros retidos na média móvel dos últimos 12 meses, conforme metodologia estabelecida na Resolução CNSP nº 432/2021.

(II) O maior entre o capital de risco total e o capital base.

(III) Patrimônio líquido ajustado para fins de apuração da suficiência de cobertura do CMR.

A tabela abaixo demonstra o cálculo do patrimônio líquido ajust

## continuação

### (b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

### 25.6 Imobilizado

**Ativo imobilizado de uso próprio**  
O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.) - %	Anos
Móveis e utensílios.....	10,0	10
Equipamentos de informática.....	20,0	5
Veículos.....	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

### 25.7 Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (UGC).

### 25.8 Provisões

#### (a) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas avaliações do departamento jurídico da Companhia, sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

As provisões judiciais de natureza cível operacional foram ajustadas para refletir a nova metodologia atualizada de mensuração da Provisão para Sinistros Judiciais (PSJ) da Companhia. A nova metodologia adotada considera o percentual de risco de perda esperado pela Companhia em cada ação incluída na PSJ. Judicial, além da já conhecida classificação da probabilidade de perda (provável, possível e remota), a qual é determinada através de uma avaliação individualizada das características de cada sinistro judicial. As referidas análises são conduzidas pelos advogados externos responsáveis por cada um dos processos constantes na PSJ Judicial, e posteriormente ratificadas pela Diretoria Jurídica da Companhia.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "outros débitos", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível relacionadas aos contratos de resseguro estão contabilizadas na rubrica "sinistros a liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perdas com contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada. Os valores estimados de perdas das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica depósitos judiciais e fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic.

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

#### 25.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável para Imposto de Renda e 15% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, porém os impactos não são relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### (a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. Este lucro tributável difere do lucro apurado na demonstração do resultado da Companhia, uma vez que possui ajustes na composição da base de cálculo dos mesmos, ou seja, exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

#### (b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, desde que a Companhia possua expectativa de lucros futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

Caso futuramente a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros não seja suficiente para que os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais sejam utilizados, os mesmos serão desreconhecidos em conformidade com a norma específica, bem como, com as práticas contábeis aplicáveis à Companhia.

A Companhia elabora estudo técnico que contempla a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade da empresa e um conjunto de premissas e estimativas. O estudo técnico é revisado a cada data-base de publicação das demonstrações contábeis seguindo o planejamento estratégico da Companhia, e aprovado pelos órgãos de governança competentes, como a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração.

### 25.10 Benefícios empregados

**Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefício de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

**Outras obrigações de curto prazo:** Outras obrigações de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

**Participação no Lucro:** A Companhia mantém acordos sindicais, incluindo o Acordo do Programa de Participação nos Lucros (PPLR), em consonância com os requisitos previstos na Lei nº 10.101/00 e na Lei nº 12.832/13, bem como nos demais normativos legais pertinentes. O respectivo acordo tem por objetivo estabelecer as regras e condicionantes gerais relacionadas à implantação do PPLR de forma que os participantes sejam reconhecidos pela contribuição a partir do atingimento mínimo das metas corporativas, individuais e setoriais estabelecidas para o exercício. Todas as regras e condicionantes do programa são revistas anualmente pela Diretoria de Pessoas e submetidas à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A determinação do montante a ser provisionado considera o lucro antes do imposto de renda, ajustado de acordo com as diretrizes do plano, e o registro contábil é efetuado diretamente no resultado do período. O PPLR referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2023.

**Benefício pós-emprego:** A cada trimestre é realizada uma avaliação atuarial para apuração dos montantes a serem contabilizados a título de obrigação de benefícios pós-emprego. Nesta avaliação são determinados também os componentes necessários à aferição das parcelas a serem reconhecidas em Resultados e em Outros Resultados Abrangentes, tais como custos, ganhos e perdas atuariais, juros, dentre outros. Os benefícios pós-emprego do IRB Re incluem benefícios de aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida, plano médico e auxílio funeral.

#### (a) Benefícios de aposentadoria

Para os planos de aposentadoria classificados como de benefício definido é utilizado o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações e seus respectivos custos de serviço corrente e passado, quando aplicável.

Para o plano de contribuição variável, administrado pela PREVIRB, a obrigação da patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, além do risco atuarial atrelado aos benefícios de RSE.

A obrigação com benefícios de aposentadoria, quando reconhecida no balanço patrimonial, representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais, pelo custo dos serviços, pelo custo dos juros e pelos benefícios pagos ao longo do período.

#### (b) Outros benefícios pós-emprego

Os planos de saúde e auxílio funeral preveem a manutenção vitalícia ou temporária, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável. O montante apurado das obrigações relativas a estes planos segue metodologia atuarial semelhante àquela aplicada aos benefícios definidos descritos anteriormente.

### 25.11 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (liquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou remittidas. Quando essas ações são subsequentemente remittidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

### 25.12 Dividendos

Conforme o Estatuto Social do IRB Re, o cálculo da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é realizado sobre o resultado do exercício após a dedução para atender aos prejuízos acumulados, a provisão para imposto de renda e à reserva legal. Tal montante é registrado como passivo na rubrica obrigações a pagar, visto que representa uma obrigação legal estipulada no Estatuto Social da Companhia.

No entanto, se a Administração da Companhia optar por propor dividendos adicionais após o encerramento do exercício contábil ao qual as demonstrações contábeis se referem, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, essa parcela proposta pela Administração é registrada na rubrica "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

### 25.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos. A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Re baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

#### (a) Receita de resseguros

A Companhia reconhece a receita de seguros à medida que presta serviços sob grupos de contratos de resseguro. A receita de seguros relativa à prestação de serviços para cada exercício representa o total das variações no passivo da cobertura remanescente que referem-se a serviços para os quais a Companhia espera receber contraprestação, e compreende os seguintes itens:

- Uma liberação da CSM, mensurada com base nas unidades de cobertura fornecidas.
- Variações no ajuste de risco para o risco não financeiro relacionado aos serviços atuais.
- As despesas com sinistros estimados e outras despesas estimadas com a prestação de serviços de resseguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos valores esperados no início do exercício. Isso inclui valores resultantes do desreconhecimento de quaisquer ativos para fluxos de caixa além dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos, os quais são reconhecidos como despesas de receita de resseguro e serviços de resseguro na mesma data.
- Outros valores, incluindo ajustes por experiência de recebimentos de prêmio para serviços atuais ou passados e valores relacionados a despesas tributárias incorridas.

Além disso, a Companhia aloca uma parcela de prêmios que refere-se à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros a cada período de forma sistemática. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado por atualização de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do respectivo grupo de contratos, como receita de seguro e um valor igual às despesas com serviços de resseguro.

#### (b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

### 25.14 Receitas e despesas financeiras de resseguros

As receitas e despesas financeiras de resseguros compreendem variações nos valores contábeis dos contratos de resseguro e retrocessão resultantes dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro.

#### 26. Estimativas e premissas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

#### (a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros e ativos de retrocessão

Para a constituição dos passivos de resseguros e ativos de retrocessão da Companhia, são aplicadas as estimativas contábeis mais críticas em termos de preparação das demonstrações contábeis, em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas para a estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente à essa estimativa crítica está demonstrada na nota 2.2.2.2.

Com base nas informações e experiência da Companhia, são definidas metodologias e premissas utilizadas na mensuração dos passivos de resseguro e ativos de retrocessão, a fim de se obter as melhores estimativas do ativo e passivo a ser contabilizado. Tais estimativas são reavaliadas periodicamente com o objetivo de garantir que, quando da liquidação das obrigações da Resseguradora, estes montantes desviem o mínimo possível, do ponto de vista estatístico-atuarial, daqueles contabilizados inicialmente.

#### (b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Companhia tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico, para determinação do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco entre provável, possível e remoto. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

#### (c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros

A Companhia segue as orientações do CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" para determinar a perda de crédito esperada. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o IRB RE considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do IRB RE, na avaliação de crédito e considerando informações *forward-looking*.

#### (d) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxa de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa estão divulgadas na nota 23.5, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

#### (e) Créditos tributários

Com relação à constituição dos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e bases negativas, deve-se reconhecer o valor líquido disponível em relação à medida que for provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses ativos. A avaliação dessa situação requer a utilização de julgamento significativo da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia elabora estudo técnico que avalia a geração futura de resultados. Este estudo técnico é revisado periodicamente, seguindo o planejamento estratégico da Companhia, e aprovado pelos órgãos de governança competentes, com a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração.

#### Seção G – Outras informações que a Companhia entende relevantes

### 27. Conciliação com as demonstrações financeiras padronizadas (DPF) disponibilizadas no modelo do sistema CVM (Enet)

A Companhia demonstra abaixo a conciliação entre as demonstrações financeiras padronizadas disponibilizadas no modelo do sistema CVM (Enet) e os quadros de balanço patrimonial e demonstrações do resultado divulgados pelo IRB Re.

#### Balanço Patrimonial - Ativo

E/Net	Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
			31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2022
	<b>Circulante</b> .....		<b>3.317.870</b>	<b>4.746.123</b>	<b>3.300.842</b>	<b>4.621.770</b>
	Caixa e equivalentes de caixa.....	5	7.406	6.119	20.335	17.793
	Ativos financeiros.....	6.1	2.598.633	4.280.282	2.547.891	4.136.600
	Títulos e créditos a receber.....	7	3.257	2.768	8.707	9.916
	Créditos tributários e previdenciários.....	8	36.518	55.484	36.841	55.982
	Despesas antecipadas.....	16.2	5.673	6.251	5.682	6.260
	Ativos de contratos de retrocessão.....		666.363	395.219	666.363	395.219
	Outros ativos e bens.....		—	—	—	—
	<b>Não circulante</b> .....		<b>12.159.170</b>	<b>11.680.480</b>	<b>12.185.590</b>	<b>11.814.427</b>
	Ativos financeiros.....	6.1	5.744.511	4.741.843	5.745.021	4.828.782
	Ativos de contratos de retrocessão.....	16.2	2.317.811	2.950.094	2.317.811	2.950.094
	Títulos e créditos a receber.....	7	958.368	895.421	958.366	895.204
	Créditos tributários e previdenciários.....	8	2.739.114	2.662.988	2.739.114	2.662.984
	Depósitos judiciais e fiscais.....	20	184.997	255.181	184.997	255.181
	Participações societárias.....	4.1	43.248	39.387	—	—
	Imóveis destinados à renda.....	9	—	—	69.158	86.587
	Outros investimentos.....	10	335	311	335	311
	Imobilizado.....	10	51.823	29.456	51.823	29.456
	Intangível.....	11	118.265	194.803	118.265	102.828
	<b>Total do ativo</b> .....		<b>15.477.040</b>	<b>16.426.603</b>	<b>15.486.432</b>	<b>16.436.197</b>

#### Balanço Patrimonial - Passivo

E/Net	Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
			31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2022
	<b>Circulante</b> .....		<b>4.418.306</b>	<b>4.922.998</b>	<b>4.427.698</b>	<b>4.932.592</b>
	Obrigações a pagar.....	12	73.053	37.139	80.270	44.621
	Impostos e encargos sociais a recolher.....		38.733	38.487	38.956	38.659
	Provisões trabalhistas.....	20.1	12.833	11.714	13.033	11.825
	Provisão para benefícios pós-emprego.....	23	35.176	35.972	35.176	35.972
	Imposto de renda e contribuição social.....	15	71.629	29.641	73.390	31.470
	Empréstimos e Financiamentos.....	14	3.738	466.898	3.739	466.898
	Passivo de contrato de Resseguro.....	16.1	4.052.064	4.049.184	4.052.064	4.049.184
	Passivo de contrato de Retrocessão.....	16.2	23.433	143.518	23.433	143.518
	Depósitos de terceiros.....	13	89.990	90.463	89.990	90.463
	Outros débitos.....		17.657	19.982	17.657	19.982
	<b>Não circulante</b> .....		<b>6.801.339</b>	<b>7.152.140</b>	<b>6.801.339</b>	<b>7.162.140</b>
	Obrigações a pagar.....	12	23.049	19.723	23.049	19.723
	Provisões para benefícios pós-emprego.....	23	363.331	370.469	363.331	370.469
	Empréstimos e Financiamentos.....	14	542.466	440.707	542.466	440.707
	Imposto de renda e contribuição social.....	15	37.518	53.533	37.518	53.533
	Passivo de contrato de Resseguro.....	16.1	5.758.857	6.194.835	5.758.857	6.194.835
	Provisão para processos judiciais.....	19	76.118	82.873	76.118	82.873
	<b>Patrimônio líquido</b> .....		<b>4.257.395</b>	<b>4.341.465</b>	<b>4.257.395</b>	<b>4.341.465</b>
	Capital social.....	21.1	5.379.189	5.379.189	5.379.189	5.379.189
	Reservas de Capital.....		—	—	—	—
	Ações em tesouraria.....	21.2	(283.760)	(283.760)	(283.760)	(283.760)
	Reservas de lucros.....		—	—	—	—
	Ajustes de avaliação patrimonial.....	21.3	(479.007)	(538.263)	(479.007)	(538.263)
	Prejuízo acumulado.....		(359.027)	(215.701)	(359.027)	(215.701)
	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> .....		<b>15.477.040</b>	<b>16.426.603</b>	<b>15.486.432</b>	<b>16.436.197</b>

#### Demonstrações de Resultados

E/Net	Demonstração do resultado	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos acionistas do  
IRB-Brasil Resseguros S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do IRB-Brasil Resseguros S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do IRB-Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Mensuração dos ativos e passivos de contratos de resseguro e de retrocessão**

Veja as notas explicativas de nº 1.4.1, 16, 17, 18, 23.1, 23.2, 23.3 e 25.4 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Principal assunto de auditoria**

A Companhia mantém ativos e passivos relacionados aos contratos de resseguro e retrocessão, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, mensurados de acordo com o CPC 50 / IFRS 17. Na mensuração destes ativos e passivos, a Resseguradora utiliza-se de bases de dados de suas operações, além de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação dos modelos de mensuração e nas premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de resseguros que incluem, entre outros: expectativa de emissões de contratos de resseguro proporcionais, expectativa de sinistralidade futura e de ocorrência e pagamento de sinistros, além de taxas de descontos e prêmio de iliquidez.

Consideramos a mensuração dos ativos e passivos relacionados aos contratos de resseguro e retrocessão como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos dados, valores envolvidos, o grau de julgamento envolvido na determinação dos modelos de mensuração e premissas relevantes relacionadas, e ao impacto que eventual alteração desses modelos de mensuração e premissas utilizados poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Como auditoria endereçou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de subscrição de riscos, processo de conciliação das prestações de contas das operações de resseguro e processo de revisão do estudo de prêmios estimados dos contratos proporcionais;
- (ii) teste da efetividade operacional sobre a aprovação e controle de alterações da funcionalidade dos modelos de mensuração utilizada para computar os fluxos de caixa relacionados aos ativos e passivos de contratos de resseguro e retrocessão;
- (iii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram:
  - na avaliação dos modelos de mensuração utilizados na projeção dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de resseguros, além das premissas, relacionadas à expectativa de sinistralidade futura e de ocorrência e de pagamento de sinistros, utilizados nos referidos ativos e passivos;
  - no estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa, com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia, para estimativa do desenvolvimento dos fluxos de caixa futuro de sinistros incorridos, relativos a parcela não avisada ou não suficientemente avisada;
  - no cálculo independente da parcela dos fluxos de caixa futuro de sinistros incorridos citados no item anterior, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, incluindo a utilização de premissas independentes e com base em técnicas atuariais geralmente aceitas;
  - (iii) envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram na avaliação das premissas, relacionadas as taxas de desconto e prêmio de iliquidez, utilizadas no desconto ao valor presente dos referidos ativos e passivos;
  - (iv) conferência da precisão matemática dos percentuais de performance dos prêmios estimados incluídos no estudo de contratos proporcionais e comparação destes com aqueles constantes nas políticas da Companhia;
  - (v) conferência em base de testes, da precisão matemática de certos aspectos dos modelos de mensuração do ativo e do passivo de contratos de resseguro e retrocessão para cobertura remanescente, por meio da utilização de técnicas de auditoria auxiliadas por computador;
  - (vi) testes de precisão e integridade das bases de dados de contratos emitidos, sinistros incorridos e sinistros pagos, utilizadas para mensuração do ativo e passivo de contratos de resseguro e retrocessão;
  - (vii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas na mensuração do ativo e passivo de contratos de resseguro e retrocessão, tais como: valores, agrupamento de contratos, datas de registro, período de vigência, limite de retenção, percentuais de retrocessão, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e
  - (viii) avaliação de se as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo dos ativos e passivos de contratos de resseguro e de retrocessão, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social**

Veja as notas explicativas de nº 9, 22.6 e 25.10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Principal assunto de auditoria**

A Companhia mantém ativos relacionados a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Estes ativos são reconhecidos na medida em que a Companhia possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme fundamentado em estudo técnico.

A elaboração deste estudo envolve julgamento da Companhia na definição de premissas econômicas e de crescimento de negócios, oriundas dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Companhia e aprovados pelos órgãos de governança da Companhia.

Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação das referidas premissas econômicas e de crescimento dos negócios para prováveis lucros tributáveis futuros, e devido ao impacto que eventual alteração destas premissas poderia ter nos valores dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Como auditoria endereçou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Companhia e do estudo técnico de realização dos créditos tributários; e
- (ii) envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas, que nos auxiliaram:

- na avaliação das premissas de projeções econômicas e de crescimento dos negócios apresentados no estudo técnico de realização dos créditos tributários; e  
- na conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos tributários.

(iii) avaliação de se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Ênfase - Retificação dos valores correspondentes (CPC50 / IFRS17)**

Chamamos atenção à nota explicativa nº 1.3 – Bases de preparação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência da adoção inicial do CPC 50 - Contratos de Seguros e da IFRS 17 – *Insurance Contracts*, onde os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0

